casadesarmento
centro de estudos do património

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

A MULHER NA REVOLUÇÃO FRANCESA.

COSTA, Sousa

Ano: 1958 | Número: 68

Como citar este documento:

COSTA, Sousa, A mulher na Revolução Francesa. *Revista de Guimarães,* 68 (1-2) Jan.-Jun. 1958, p. 197-248.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

A Mulher na Revolução Francesa

AO DR. EDUARDO D'ALMEIDA — homenagem ao seu talento, tributo à sua amizade.

Assinalemos, aqui mesmo, um facto curioso, real e verdadeiro, na sua aparência inverosimil, ligado à memória, à amizade, ao talento do saudoso Eduardo d'Almeida.

Expliquemo-nos.

No Janeiro deste ano de 1958 decidi dar à letra de forma um trabalho de índole histórica, escrito há muitos anos, e há quase outros tantos fechado na gaveta... No curso desses tempos acabei por perder a noção da sua existência e dos seus destinos. Já não sabia senão isto — que, ao escrevê-lo, pensava preencher com ele uma das faces de certo tríptico em projecto, acerca da acção da Mulher em três momentos cíclicos da Humanidade: — A Mulher no advento do Cristianismo; A Mulher no Renascimento Italiano; A Mulher na Revolução Francesa. *Como já havia publicado outro estudo de índole semelhante, em reverência a S. Francisco de Assis, na* Revista de Guimarães *— venerando órgão literário e científico da doutíssima* Sociedade Martins Sarmento, *daquela cidade, dirigi-me, no sentido indicado, ao ilustre Presidente da benemérita Instituição e Director da* Revista *— Sr. Coronel Mário Cardozo. E o Senhor Coronel Mário Cardozo, com a fidalguia de Coração e de Espírito que o tornam querido de amigos e admiradores, não se limitou a referendar o pedido da publicação do meu trabalho, na sua* Revista *— destinou-o ao número consagrado à memória do Dr. Eduardo d'Almeida, notável vimaranense, falecido há meses.*

Muito bem. Da resolução de dar o meu pobre ensaio à estampa, no referido número, surgiu esta série de coincidências, digna de legenda:

Em 13 de Dezembro de 1927 — há trinta anos e dias — realizei uma conferência na Sociedade Martins Sarmento. *Não me recordava já do tema que versara, tantos os delitos semelhantes em trinta anos perpetrados nos inúmeros, e pacientes, e heroicos Gabinetes Portugueses de Leitura de Entre-Minhos e Algaves. Ora o delito perpetrado contra o auditório do Gabinete de Guimarães — soube-o agora — fora, precisamente, o trabalho oferecido à* Revista.

Mais: — O Snr. Coronel Mário Cardozo, como já acentuei, destinou-o ao número consagrado à memória do Dr. Eduardo d'Almeida.

Pois foi o Dr. Eduardo d'Almeida — meu contemporâneo no Colégio de S. Dâmaso, *na mesma cidade; meu vizinho nas bancadas de Minerva, em Coimbra; meu preclaro camarada nas Letras, e meu prezado amigo no século — quem bebeu a sicuta, nos olhos e na palavra a dignidade do sacrifício espontâneo, da apresentação do conferencista ao selecto congresso de voluntários penitentes!*

Isto assinalado, acrescentemos: — Deus escreve direito por linhas tortas. O emérito Presidente da Sociedade Martins Sarmento *foi, neste caso singular, Seu incondicional Comissário. E assim, conduziu-me, por caminho direito, ao acto de justiça da colaboração no número da* Revista *consagrado ao camarada nas Letras. E, sob o mesmo mandato propôs-me a consequente dedicatória deste trabalho ao homenageado — eu a prestar-lhe, por esta forma, o tributo da velha amizade e a homenagem da admiração de sempre.*

S. C.

A Mulher na Revolução Francesa

I — O seu papel no prólogo da tragédia

Não tenho a pretensão, ao iniciar este exercício, de dar a quem me ler a sombra, a sombra sequer de uma novidade. A *Revolução Francesa* é a tragédia histórica mais divulgada, mais popularizada, nas altas e médias camadas, por obra do livro, do teatro, do folheto, do jornal, hoje também pelo cinema e televisão. Pelo que, ninguém ignora os seus formidáveis quatro actos, desde os grandes aos médios todos os seus espectadores sabendo, de cor e salteado, as suas cenas principais. Nunca, porém, se torna inútil ou impertinente relembrar o que se sabe — em especial nas horas em que o relembrar corresponde à conveniência de prevenir. E nunca é demais, além disso, pôr em foco factos ligados à espantosa convulsão cíclica, tantos deles aparentemente de ordem secundária, e que foram, tantas

vezes, as forças ocultas, as razões taxativas dos seus movimentos mais ou menos violentos, mais ou menos acelerados. De resto, as pequenas coisas são indispensáveis à constituição e à subsistência das grandes. O que na forma, no volume ou na posição se nos afigura mesquinho, de mesquinho, quantas vezes, só tem configuração ou situação.

O mar, tão grande, obedece às limitações da areia, tão pequenina. E não há monumento viável, pirâmide do Egito ou catedral gótica, sem o pedrisco miudo da argamassa.

A Mulher actua na *Revolução Francesa* de modo visível, sucessivo, permanente, em certos lanços com atitudes militantes, em certas crises, como já disse, com rasgos decisivos. Actua, primeiro, pelo encanto da sua beleza e a sugestão da sua espiritualidade. Depois, pelo terror que transfunde aos seus satélites e pelo afecto que consagra aos seus ídolos—alçando a bondade, a coragem, o sacrifício a altitudes onde só se chega tendo a grandeza da alma por escada. Manifesta-se, além disso, simultâneamente, por vezes na mesma medida, pelo egoísmo e o medo da perda dos bens herdados ou adquiridos, o ódio aos que disfrutam privilégios de classe, a cegueira do sectarismo, do fanatismo, impulso de abomináveis ferocidades.

Não há dúvida: — pela graça, a inteligência, a bondade, a coragem, o fanatismo, o amor e o ódio, esse ser impressionável, que o homem se habituou a olhar apenas como instrumento dos seus prazeres, ou troféu das suas conquistas, ou, quando muito, objecto da sua vaidade — na concepção medieval de varão totalitário, considerando-a bem pouco mais do que a mãe dos seus filhos; esse ser de frágil aparência e débil musculatura, desempenhou um papel de dinamismo e acção eminentemente notáveis no maior drama da Humanidade.

Não foi, entretanto, a primeira e a última vez que lhe coube tal papel na cena do Mundo. A Mulher da *Revolução Francesa,* confirmou, no século XVIII, as Lucrécias e Cornélias da *Cidade Antiga.* E na colaboração eficiente, ora voluntária, ora involuntária que deu ao desenvolvimento da peça formidável a que me reporto, mostrou-se digna irmã das

castelãs da Idade Média e das humanistas da Renascença, na elaboração de novas sociedades e novos mundos.

Claro: — na galeria de perfis femininos que vou esquissar na talagarça deste cinema rústico, no intuito de salientar o papel da Mulher no prólogo, no desenvolvimento e no desfecho da peça de ciclópica dramaturgia, não cabem as *Fúrias da Guilhotina*. Mal deixarei entrever as «amazonas» da Olímpia de Gouges. Evocarei apenas o perfil daquelas cuja fisionomia, iluminada pelos dons da virtude, ou pelas exaltações da fé, encendidas pela fidelidade à Monarquia ou o amor à República, são o lampejo humano e imortal do feroz duelo que sangrou o corpo flagelado da França, que sacudiu o corpo febril de todos os povos do Ocidente.

Sendo esta e não outra a finalidade do meu trabalho, não apreciarei o significado político e social da *Revolução;* não irei a casa dos Carlyle ou dos Michelet, dos Thiers ou dos Taine, dos Madelin ou dos Le Notre senão para lhes pedir a medida das personagens de relêvo que hão-de preencher a galeria que me propus esboçar e que vão ser as figuras de devoção desta via-sacra profana.

Sim. Eu, não sou um historiador. Não sou um sociólogo. Não sou um filósofo. No quadro do pessoal adstrito aos latifúndios do Espírito sou apenas um servo da gleba que se esfalfa, no anseio de fazer alguma coisa e que se limita a enceleirar na tulha as sobras das geiras alheias. E desta sorte, quanto mais leio e releio os escritores revolucionários e contra-revolucionários, que à *Revolução Francesa* consagraram e continuam a consagrar o melhor do seu tempo, do seu talento, das suas investigações, das suas conclusões, mais firme me considero neste conceito simplista acerca do portentoso acontecimento:

A Revolução, olhada no conjunto das suas causas mais próximas, é o fruto maduro dos vícios de muitos, das fraquezas de muitíssimos, dos erros de todos. É, acima de tudo, a passada mais audaz, mais larga e convulsiva do Aeshevero-Homem, em busca da Terra da Promissão. É, além do mais,

um destes fenómenos a que não podemos limitar as fronteiras no tempo e a que nenhuma força humana poderia circunscrever os limites no espaço. E que têm no calendário perpétuo dos cíclos sociais o significado das estações na órbita dos solstícios, do Verão ou do Inverno, que chegam quando têm de chegar, que chegam sempre, quer o Homem queira, quer não queira.

Entremos portanto no âmbito da Revolução, sem a discutir. Sigamos a sua marcha, sem a comentar, — ali e aqui alumiados à luz vinda dos factos.

E coloquemos na sua posição e na sua altura as impressionantes imagens deste agiológio.

II—Na crise do crescimento da Ideia Nova

Vou reconstituir a tragédia nas suas cenas de desvairo e sangue — no propósito de focar a expressão natural das imagens invocadas neste devocionário.

Mas, antes disso, esbocemos, em dois ligeiros traços, nas suas linhas gerais, a época em que cenas e figuras tiveram seu cenário e representaram seus papeis. Época de contrastes flagrantes, a miséria e a opulência a medirem-se frente a frente, distingue-a por um lado o delírio romanesco dos sentimentos altruistas, em contraposição com o período da Regência e o reinado de Luís XV; por outro lado caracteriza-a a febre colectiva da germinação da *Ideia Nova,* súmula dos *Evangelhos Revolucionários* pregados pela *Enciclopédia.*

Maria Antonieta é a primeira Rainha de facto e de direito na corte de Versalhes — pois as suas antecessoras não foram senão vassalas das Montespan e das Pompadour reinantes no Olimpo versalhesco. Luís XVI, alma simples de puritano, é o primeiro Rei, naquela zona intangível ao éco das misérias terrenas, que desce olhos compadecidos para os males do seu povo e procura minorá-los.

Delírio de sentimentos altruistas, a pintura, a novela, o teatro quase não encontram mais do que

um tema a explorar: — as virtudes teologais. Desde Greuze a M.me Le-Brun, são os aspectos doces e os rostos enternecidos os modelos dos mais notáveis pinceis. A Marquesa de Chatelet, que fôra amiga de Voltaire e que é a divulgadora de Newton, escreve o *Tratado da Bondade*. M.me de Condorcet publica as *Cartas sobre a Simpatia*. Marmontel lança no mercado os *Contos Morais*. Florian põe no prélo o *Bom Lar*. O teatro leva à Cena o *Bom Senhor* e a *Reconciliação dos Inimigos generosos*. M.me de Genlis dealba de esperanças as sombrias apreensões do duque de Orleans, futuro *Egalité*, e dá consultas de moral nos seus salões. Fenelon põe os olhos proféticos nos horizontes acarvoados, e faz a sementeira milagrosa da Caridade e do Bem.

Febre colectiva de germinação dos evangelhos revolucionários, eles constituem o tema de todas as conversas e de todos os estudos nos salões, nas escolas, nas oficinas.

É sobre o surto histérico desta reacção espiritualista contra aquela efervescência democrática — que eu me limito a apontar, a fim de não diminuir o principal a favor do acessório — que Luís XVI convoca a reunião dos Estados Gerais.

Laufrey, no seu *Ensaio sobre a Revolução Francesa*, afirma que precisamos conhecer a Renascença para compreender a trajectória do drama que levou Luís XVI e Maria Antonieta à guilhotina. Morras observa, numa das suas páginas de crítica política, que a Revolução teve por mãe a Reforma. Fossem ou não fossem a Renascença e a Reforma, aquela com o seu exaltado individualismo, esta com a sua rebeldia contra a autoridade, os gérmenes remotos da espantosa conflagração, o que ninguém contesta é que as suas causas próximas se encontram na insatisfação geral da alma francesa pelos bens da vida, insatisfação que os enciclopedistas exaltaram com a promessa do paraiso.

Ora, Luís XVI, e os seus áulicos, e os seus conselheiros, ao convocarem os Estados Gerais, abolidos desde 1614, não só não sentiram a rescaldo ainda quente do fogueira do Renascimento e do incêndio da Reforma, sem excluir os écos da insur-

reição parlamentar de Cromwel, que levara Carlos I ao cadafalso, e da própria libertação da América do Norte, a que a Corte francesa prestou assinalados auxílios; mas também não auscultaram outro aspecto de contraste da época em curso — o da intensa germinação da semente Enciclopédica, fomentada pela crise económica que as corporações alentam e exasperam, activada pela febre de modernismo de gregos e troianos. Viram só, na aspiração de lhe preparar remédio e cura, o mal estar do tesouro e o sofrimento do povo. E lançaram a mecha à escorva da barrica de polvora. E adiantaram o abalo da explosão — convocando os Estados Gerais.

Foi afinal um acto de bondade que levou ao cadafalso Luís XVI — o homem que veio ao mundo para ser o melhor dos monarcas, o monarca que subiu ao trono para ser o maior dos mártires.

Esta verdade elementar ressalta de todos os passos da Revolução: — não foi só a classe popular, vergada ao pêso dos impostos, sacrificada ao interesse das corporações, espezinhada pelo domínio senhorial; não foi só a classe média, burguesia e profissões liberais, bramando e conspirando contra a desigualdade de direitos, que arrastaram Luís XVI ao martírio, que sentenciaram à morte as monarquias absolutistas, em França representadas pelo trono dos Bourbons. Também, numerosos membros da alta nobreza, e do alto clero, fascinados pela luz alvorescente da *Ideia Nova,* luz que anunciava aos homens o advento duma nova era de igualdade e de justiça, deram vultuosa comparticipação de palavras e exemplos às legiões inimigas da Monarquia tradicional.

É a alvorada do dia que se entremostra, o primeiro passo da mulher a favor do movimento revolucionário.

Sénac de Meilhan, no seu livro o *Emigrado,* livro escrito já ao clarão da fogueira, recorda amargamente «as mulheres sedutoras, pela sua beleza, duas ou três verdadeiros saltimbancos do espírito, que faziam servir a política aos seus prazeres e os seus prazeres à política. Os favores delas — acrescenta, dolorido, o grave memoralista — eram muitas vezes o maior incentivo proporcionado aos moços prosélitos da Democracia».

Dos romances da época as mulheres preferiam os que as bafejassem ao *Ar do Século*. Por isso liam, apaixonadamente, as obras de Crebillon, filho, os livros de João Jáques Rousseau, as *Cartas sobre João Jacques Rousseau,* de M.me de Staël.

É a verdadeira crise do crescimento da ideia democrática, *crise de croissance* diagnosticada por Taine nas *Origens da França Contemporânea*. É a nevrose subversiva assinalada por Michelet na *História da Revolução Francesa,* nevrose que dos salões de Saint Germain desce aos botequins do Palais-Royal, aos clubes e aos cafés.

As mulheres da aristocracia «engalanavam os apóstolos do Liberalismo com a sua própria, e extravagante, e bela mocidade» — acentua o conde d'Allonville, nas *Memórias Secretas*.

Mais: — «falavam do livre exame, discutiam a emancipação dos espíritos, afirmavam a necessidade de suprimir as antigas instituições, compunham frases sobre a urgência de criar «uma nova ordem de coisas» — observa José Turquan, nas *Mulheres da Emigração*.

Não são as do Povo, nem as da Burguesia, as que imprimem maior impulso ao carro de guerra da milícia democrática. São as de alto nascimento, são as que respiram de perto a atmosfera da Realeza e do Trono.

A Duqueza de Lungnes, dama do Paço e amiga da Rainha, «não esconde a sua maneira de pensar demagógica» — comenta Turquan, escritor acentuadamente contra-revolucionário. Nos salões de M.me d'Aguillon, de M.me de Coigny, das Castelane, das de Lameth as mulheres discutem política e entusiasmam-se pela *Ideia Nova*. Uma das casas mais aristocráticas da França *ancien regime* é a da Duquesa d'Aumont. Pois no seu salão, onde primam os de Choiseul, os de Montmorency, os de Noailles, reune a guarda avançada das hostes dos partidários da Democracia. A princeza de Saint-Maurice prega o anti-militarismo e aconselha a indisciplina. A princesa de Lamballe é das mais assíduas devotas das sessões dos Estados Gerais.

III — Convocação dos Estados Gerais

Diante da efervescência da mulher francesa no entreluzir do Novo Dia, o conde sueco de Fersen, amigo íntimo de Maria Antonieta, mostra-se receoso e apreensivo. Em carta ao pai, datada de 10 de Dezembro de 89, publicada no livro *Conde de Fersen e a Côrte da França,* anota, com um sensível ressaivo amargo: «A fermentação dos espíritos é geral; não se fala senão de constituição. Principalmente as mulheres — e vós sabeis, tão bem como eu, qual a sua influência neste país. É um delírio!»

O marquês de Bombelles, por seu lado, em carta à marquesa, sua linda mulher, queixa-se da mesma doença, que atinge, em especial, as altas camadas sociais: «Muitos dos nossos amigos — afirma em tom profético — tornam-se loucos. Nós corremos para a nossa perda». Madame Campan, a dama de companhia da soberana, nas suas *Memórias,* em copiosas páginas amargas, sublinha a atitude de hostilidade dos cortezãos, tantas vezes repetida, contra o Rei e a Rainha.

Desta hostilidade é uma prova flagrante, e expressiva, o caso da representação clandestina do *Casamento do Fígaro,* de Beaumarchais. O Rei tinha proíbido a sua representação no teatro de Versalhes, por considerar a peça ofensiva dos brios do monarca e da dignidade do trono. Beaumarchais, em conjura a que se aliam muitos dos notáveis da corte, resolve levá-la à cena clandestinamente, fora das vistas da polícia. Entretanto, o Rei, prevenido a tempo, por dissidentes da rebeldia, evita o golpe mortífero na régia autoridade. E logo, notáveis e não notáveis, bramam em indignada revolta:

— Abaixo o tirano! Acabemos com a tirania da corte!

Isto constitui mais um eloquente documento a favor da tese, já sediça na era de César e de Bruto, de que as revoluções sociais mergulham sempre as raízes, ou quase sempre nos sedimentos da dissidência das élites. As massas populares acodem à cha-

mada, transformando a teoria em realidade subversiva. Os de cima preparam a lenha. Os de baixo deitam-lhe o fogo.

Foi num solo destes, assim arado e adubado para a sementeira nova — todo ele a estremecer de sedes renovadoras, sob a soalheira estival das promessas de redenção dos Diderot, dos Montesquieu, dos Voltaire, dos Rousseau — que Luís XVI convocou a reunião dos Estados Gerais, das Côrtes Gerais, ou Assembleia de Clero, Nobreza e Povo, no fito de estabelecer a paz e a concórdia entre as classes desavindas.

A Côrte, como se sabe, desde Luís XIV vivia no Palácio de Versalhes, a menos de quatro léguas de Paris — nessa sumptuosa quadra em que Luís XIV, em que Luís XV, depois Luís XVI, concertaram a materialização viva do Olimpo, com seus deuses de carne e osso, com suas deusas de matéria e espírito, as Venus caprichosas, as Dianas sedutoras, as sábias Minervas, aqueles e estas servidos por deuses e deusas subalternos, por bandos de loiras ninfas, por másculas teorias de tritões — onde não faltavam os bosques sagrados, retiro e cidadela das ninfas de maior ou menor idade. Assim, a capital da França, nesta data memorável, era a pequenina e travessa cidade de Versalhes, acomodada ao flanco da rumorosa e agitada Paris — com Sévres a dois voos de cotovia, eternizando na plástica maravilhosa das suas porcelanas a graça requintada das suas mulheres; com Meudon, onde hoje repousam as fecundas cinzas de Rodin, a dois voos de pomba, a convidá-la ao espectáculo grandioso da urbe e do Sena, estendidos a seus pés.

É pois em Versalhes que reunem Clero, Nobreza e Povo, para concertarem o novo Estatuto político da Liberdade, da Fraternidade e da Igualdade, pontos cardiais do mundo novo de grandes e pequenos.

Logo de começo surge conflito sério entre o partido da Côrte e o partido do Povo. Realizado o juramento do *Jeu de Pomme,* em que os deputados do terceiro estado juram votar a Constituição, redigido o decreto da abolição dos privilégios de Clero e Nobreza, Necker, Ministro inclinado ao Povo, pede

ao Rei a retirada das tropas concentradas entre Versalhes e Paris. Corria, entre os do Povo, que as concentraram ali na intenção de dissolver as Côrtes, por um golpe de Estado. Luís XVI, em vez de retirar as tropas, demite o seu Ministro. É então que deflagra o terrível conflito entre a Coroa e o Povo, em que a maioria dos notáveis se declara pela facção de Necker, ou facção popular.

E são mais uma vez as mulheres quem aparece à vanguarda das fileiras dos exaltados a favor de Necker.

A filha do marechal de Noialles, filha de Madame l'Etiquette, mestra cerimónias de Maria Antonieta, a pequenina e insinuante condessinha de Tassé, proclama que o seu maior desejo seria morrer pelo Ministro demitido — e não morre daí a pouco na guilhotina, como morreram a mãe, a irmã, a sobrinha, por ter posto o exílio de Salente entre a sua linda cabeça e a báscula sinistra do cadafalso. A formosa princesa d'Henin, a espiritual princesa de Beauvan, a princesa de La Paix, a escultural condessa de Briornne, e outras, e muitas outras, — todas aquelas a quem Luís XVI desdenhosamente qualifica de «cette neckraille», desta «necralhada», crivam de sarcasmos e fulminam de condenações o partido da Côrte pela sua atitude hostil a Necker.

A marechala de Beauvan, das mais ilustres «femmes acreditées», «mulheres da Côrte», defende o Ministro e acusa os contrários. Amélia de Beaufflers queima o incenso dos seus louvores em homenagem ao representante do terceiro estado. A Duquesa de Lauzun repreende em público um desconhecido que se pronuncia desfavorável ao estadista genovês — pai da próxima futura M.me de Staël.

O partido das mulheres — foi assim sempre, há-de ser assim até final — exalta o partido dos homens. E o que nelas é apenas sentimento, vibração, entusiasmo, neles resolve em intolerância, ódio, sangue.

Pelo que, todos os dias, os homens se batem em duelo pró e contra Necker — duelos a que as mulheres assistem, como vemos através da *Correspondência de Lescure,* animando os respectivos partidários.

O solo arado e adubado pela insurreição de cima começa a fazer germinar a semente da sedição de baixo.

As discussões de Versalhes chegam a Paris e multiplicam-se em discórdias. As dissidências da *Assembleia Nacional,* — de *Assembleia Nacional* se titulam os *Estados Gerais* desde 9 de Julho de 1789 — percorrem a cidade transformadas em alarme colectivo. A Burguesia e o Povo, à convocação dos *Estados Gerais,* viram erguer-se nos horizontes políticos da França a igualdade de direitos dos cidadãos, a abolição dos privilégios que dividiam as classes.

De sorte que tomam como prenúncio do golpe de Estado contra a *Assembleia,* contra as prometidas regalias constitucionais, a demissão de Necker. E clamam, e agitam a sua revolta ao fixarem a data do golpe absolutista para 14 ou 15 de Julho.

É então que Camilo Desmoulins, moço de talento e jornalista audaz, frequentador dos botequins do Palais-Royal, se torna interprete do alvoroço das massas populares. E subindo a uma mesa, ao ar livre, tem a ousadia de gritar alto, no tom de rebate, aquilo que até ali não fora senão crescente mas tímido murmúrio. Incita as massas a sublevarem-se — a fazerem, no ano de 1789, o exame elementar para o curso superior de 1793 — tomando a Bastilha, a cidadela da Realeza, a praça forte da autocrática Monarquia Absoluta.

IV — A Tomada da Bastilha

O 14 de Julho, tomada da Bastilha, cidadela da Realeza, é pregado por Desmoulins, nos Jardins do Palais-Royal. É executado por Elie, por Huliu, por Maillard, à testa das massas insurreccionadas. E a cidade de Paris emudece de assombro e de terror ao serem passeadas por praças e avenidas, na ponta de chuços ensanguentados, as primeiras cabeças realistas — a do marquês de Lunay e a do preboste Flesselles.

A Revolução recém-nascida tem o seu baptismo — baptismo de sangue, daí a pouco a nadar em

sangue, a afogar-se em sangue nos últimos estertores da sua vida agitada e iracunda.

Nem agora as damas galantes dos salões aristocratas e das ideias novas se retraem e intimidam à investida sangrenta do Dragão Revolucionário. Nas *Memórias* de Pasquier, nas *Memórias* de Marmontel encontramos esta nota curiosa, relativa às mulheres algo e à tomada da Bastilha: «algumas dessas mulheres assistiram ao combate, deixando os seus carros a distância para se aproximarem das linhas de fogo».

Isto as do partido constitucional. Que as contra-revolucionárias, as que nunca viram com olhos risonhos a convocação dos Estados Gerais; as que se permitiam estranhar, em voz alta, o demasiado e perigoso interesse da Rainha por Necker, mal a notícia da queda da Bastilha alarma Versailhes, fazem as malas e refugiam-se no estrangeiro. É a condessa de Artois, que foge com o conde, seu marido, na rota de Turin, a requerer o agasalho paterno de Victor Manuel II. É a princesa de Condé e a Duquesa de Polignac, que buscam no exílio a segurança duvidosa na sua pátria.

Começa a emigração, o salve-se quem puder daqueles que, abandonando a Família Real às contingências do momento, acirrando os ódios internos por via das conspirações externas, tanto concorrem para excitar, impulsionar e fortalecer o inimigo de que fogem.

E, facto notável: — a Revolução, que na sua infância, fôra coroada de rosas pelas mulheres da aristocracia, por obra dessas mesmas mulheres ouriça-se de espinhos, range os dentes no limiar da maioridade.

Porque, eternas escravas de sua Majestade a Moda, a Moda o proscrever dos bons costumes o *Ar do Século*, a Moda a decretar a fuga para além Reno, e elas a tornarem-se as pregoeiras desvairadas da grande emigração—acirrando dia e noite o Dragão Revolucionário.

A tomada da Bastilha faz levantar voo aos palacianos anti-democratas. A seguir o povo rural arremete contra os castelos da província. Pouco depois surge o 5 de Outubro, com o assalto a Versalhes.

E as democratas de ontem, assustadas por si próprias, aterradas pelos destinos de parentes e aderentes — cujos bens e cujas cabeças entram a pagar tributo aos novos soberanos — põem-se a olhar com terror o que no princípio saudaram com galantaria.

—Emigração! Emigração!—insinuam, preceituam.

Todos se perguntam, nos salões, nas ruas, nos jardins, a meia voz, em segredo:

— Quando é a partida?

— Para onde contam ir?

Há pessoas cujas posses lhes não permitem largos estágios além fronteiras. Essas pessoas emigram para voltar, emigram por ser moda emigrar — tal qual os vassalos da Moda de nossos dias, que, porque a Moda decreta saída das cidades e vilas nos calores do Estio, vendem o direito de progenitura pelo prato de lentilhas que lhes assegura a notícia dos jornais da saída para a praia ou as termas.

A emigração converte-se em epidemia — observa José Turquan. «Aos olhos de certa gente — diz o conde d'Aussonville no seu livro *A minha juventude* — ficar em França com a Família Real, partilhando os seus perigos e defendendo-a, passa por fraqueza, quase por traição».

Na verdade, a grande emigração, levando para lá das fronteiras dezenas de milhar de nobres, centenas e centenas de *parvenus* — ultrapassou a casa dos cem mil a soma dos emigrados de 93 — averba as mais funestas consequências à conta corrente da própria Aristocracia. Além do abandono da Família Real, e das necessidades dos acordos com o estrangeiro no fito de tornar viável a invasão do solo pátrio e o extermínio da hidra democrática, o que prepara ambiente aos sucessivos morticínios colectivos, e ao sacrifício de Luís XVI, e ao suplício de Maria Antonieta, lembra, autoriza e legitima, o confisco dos bens dos emigrados a benefício da Nação. E são esses bens confiscados, juntamente com os bens da Igreja, uns e outros vendidos a retalho de norte a sul da França, uma das maiores forças da sedição popular contra a ordem realista.

A questão política da França, por influência dessa partilha, os vastos latifúndios vendidos parce-

larmente, vê-se de súbito transformada em questão social. De maneira que, quando os realistas, à frente dos exércitos coligados, avançando das fronteiras, arremetem em pé de guerra na direcção de Paris, não tropeçam só no obstáculo dos canhões e baionetas mobilizados pela *Assembleia Legislativa* ou a *Assembleia Convencional*. Esbarram, além de tudo, com a muralha inexpugnável dos pequenos fazendeiros rurais, dos servos da gleba, escravos do senhor e da terra, que acabavam de tomar o gosto ao *Verbo Ser* e que, na vitória dos antigos senhores, senhores da sua terra, veem o regresso ao primitivo *Não Ser*. Esses pequenos fazendeiros rurais batem-se desesperadamente, alucinadamente, menos em nome dos subjectivos direitos do Homem, do que em defesa dos já saboreados direitos objectivos de cidadãos, sob a predominância do direito de propriedade . . .

Desta sorte, a tomada da Bastilha teve para a França e para o Mundo — pois a *Revolução Francesa* convulsionou e aluiu os alicerces das cidadelas da realeza no mundo inteiro — dois efeitos opostos, quase contraditórios. Reforçou o partido da Democracia, no aglomerado anónimo das massas gregárias, sublevadas pelas promessas da felicidade, e que o acto grande da investida contra a Fortaleza acordou para a luta ciclópica. Enfraqueceu o mesmo partido no escol de elementos aristocráticos, atraídos ao apostolado pela sedução da Ideia-Nova. E, ao mesmo tempo, ou na mesma medida, chamou à Revolução as forças vivas do interesse pessoal de milhões de franceses — afastando da França milhares de idealistas revolucionários, que se exibiram no palco em que daí a nada se representaria a maior Tragédia da Humanidade — a maior no abalo produzido na estrutura política, social e económica dos povos, sem ser a mais extensa no tempo e no espaço, ou a mais cruel no holocausto das suas vítimas.

V — A primeira personagem da tragédia

Continuemos no decalque dos passos da Mulher, ao longo da via atormentada da *Revolução*.

No começo deste ligeiro estudo, ao enunciar o problema em desenvolvimento, afirmei o intuito de repor, momentâneamente, no tablado da formidável Tragédia-Ciclica, vultos femininos que, em suas cenas capitais, desempenharam papeis de temerária espiritualidade, de heroica bondade, de sacrifício sobre-humano.

Entrevimos já, de fugida, miragens instantâneas, perfis de mulheres de espírito e de estirpe que, pelo exemplo e pela palavra, franquearam as portas da França à acometida do dragão de colmilhos devoradores. Vamos admirar algumas das que o enfrentaram, de olhos alumiados de fé, ou faces crispadas de coragem, das que lhe deram alentos e das que o venceram e domaram — esculpindo, simultâneamente, atitudes de beleza moral nunca excedida, raras vezes igualada. Porque a beleza moral, para subir os seres da nossa espécie às galerias da História e à admiração da posteridade, exige pedestais que o engenho humano só muito excepcionalmente constroi e cimenta.

A primeira personagem do vasto tablado, primeira na hierarquia, na imprudência, na coragem, no sacrifício, é Maria Antonieta — a mulher que se torna mais Rainha no cadafalso do que no trono.

Ao evocar Maria Antonieta nem me considero monárquico nem republicano. Considero-me homem de sensibilidade e de espírito judicativo capaz de julgar fora do âmbito pernicioso de sugestões sectárias.

Maria Antonieta, sejam quais sejam as suas responsabilidades nos sucessos, sofre o que ninguém tinha sofrido antes dela, o que ninguém sofreu depois dela — pois ninguém, dentre quantos caíram das alturas dos Paços régios nos vortilhões do infortúnio, conheceu tão longa e tão áspera via dolorosa, tão pesada cruz e tão afrontoso calvário. E tanto basta para merecer o inalterável respeito do meu julgamento — alheio aos Marat e aos Barnave, aos Soulavie e aos Fersen, aos Lamartine e aos Carlyle, aos Hamel e aos Goncourt, aos Fleischmann e aos Le Nôtre, aos Anatole e aos Madelin, a quantos a acusaram na barra, a quantos a defenderam e defendem.

Nasce predestinada à desgraça. À desgraça própria e dos seus. Sem ela no trono gaulês a Revolução teria sido, possìvelmente, mais lenta nos movimentos e menos feroz nas reacções. A sua presença em Versalhes só serve, na hora delirante da alucinação e do extermínio, para que o corsel do Terror tome o freio nos dentes.

Por que? Em primeiro lugar — porque ela encarna, aos olhos do povo espezinhado pelos grandes, o velho ódio da França livre ao tradicional imperialismo da Áustria. Isto, em primeiro lugar. Em segundo lugar... porque a inveja, a intriga, a calúnia, deturpando o sentido de pueris frivolidades, ampliando defeitos inerentes a todo o ser humano, consignam, quer à Delfina, quer à Rainha, a autoria ou a responsabilidade de todas as contrariedades da Côrte, de todas as atitudes do Rei, antes e durante a Revolução, hostis aos aristocratas e aos revolucionários.

Nasce a 2 de Novembro de 1755 — assim o afirma M.me Campan, sua dama de companhia e sua biógrafa. Nasce no dia de luto universal do terramoto de Lisboa. Seu pai, o Imperador Francisco de Lorena, antes de partir a caminho do castelo de Inspruck, já no coche real, ordenou que lhe levassem ao carro a filha de 7 anos, para a beijar. Francisco de Lorena morre de morte trágica na curta jornada. Nas vésperas do casamento, sua mãe, a Imperatriz Maria Teresa, crendeira em ciências e artes de bruxaria, chama ao Palácio o célebre doutor Gassner, bruxo notável da Côrte de Viena. O doutor Gassner, ao ver Antonieta, observa-lhe a fronte. E empalidece. E profetiza-lhe uma cruz.

Chega o dia dos esponsais com o Delfim da França. Depois da cerimónia esponsalícia, na Côrte, o Delfim representado por procurador bastante, ela segue a caminho da nova Pátria. Em Strasburgo, ao meio da ilha neutral do Reno — o rio que separa o império germânico da França — armam o pavilhão em que a pragmática lhe despe o trajo austríaco para lhe vestir o francês. E, consoante Goëth recorda nas suas *Memórias*, a tapeçaria central do pavilhão da nubente representa o mais funesto casamento da Mitologia — de Jazão e Creúsa. Creúsa morre, num

dos planos da tapeçaria, sob as garras de Medeia, primeira mulher de Jazão; noutro plano Jazão assiste, cheio de horror, ao suplício dos seus filhos, que Medeia degola. Envergadas as vestes francesas, Antonieta mete a caminho de Paris — onde as festas nupciais dos Delfins são assinaladas pela horrorosa catástrofe do fogo de artifício que se incendeia, matando e mutilando centenas de pessoas. Adiante, no lance do primeiro parto da Delfina, a futura Rainha vê-se em riscos de perder a vida, asfixiada pela multidão invasora da câmara da parturiente — conforme o estipulado pelas Ordenações do Reino, que conferem aos grandes e pequenos, na hora em que Rainha ou Delfina dê à luz o herdeiro, ou presuntivo herdeiro da Coroa, o direito de assistirem ao parto na câmara régia — tudo isto, somado, revestindo aparências de sinistra legenda profética. Maria Antonieta entra em Versalhes no esplendor das graças dos 15 anos e dos sortilégios da formosura. A intriga da Côrte logo se propõe indispô-la com a Família — intriga dirigida pela Du Barry, favorita de Luís XV, mais poderosa do que a soberana. E aproveita, a favor da intriga, as lutas dos partidários do Duque d'Aiguillon, contrários às alianças francesas com a casa dos Habsburgos, contra os partidários do Duque de Choiseul, procurador e instigador do matrimónio da Casa de França na Casa de Áustria.

No afã de a malquistar, de a tornar suspeita ao nacionalismo gaulês, a Du Barry começa por lhe chamar, pejorativamente, a «Austriaca». Acaba por atrair sobre ela a pior das limitações perante o grande mundo da frivolidade — o ridículo de pouca prática nas exigências da Etiqueta.

Instigada pela conspiração da favorita, surge contra a Delfina a campanha dos áulicos menos favorecidos pelas suas condescendências, em que se destacam «les dames de dimanche», as damas de serviço moderado no Palácio — as quais a diminuem, citando provas de ignorância nas Letras e Artes, caluniando-a, atribuindo-lhe actos desonestos nas festas nocturnas do Trianon. Desta campanha brotam os panfletos agressivos do Abade Soulavie e as

canções obscenas de Monsenhor de Riqueburgo, tendo por alvo a desprevenida Princesa.

Por fim, M.me de La Motte, arrasta-a na lama do escândalo, agora já Rainha, já Rainha da França, aos olhos indignados do País, à vista constrangida da Europa, precipitando-a no *Processo do Colar*.

O *Processo do Colar* é o prelúdio da Revolução — afirma Mirabeau, o deus Eólo dos ciclones da tribuna, o orador que, pela eloquência da sua palavra, sopra os ventos que fazem das luzes da Enciclopédia as labaredas do Terror.

Por isso, ao dar-se a sublevação popular de 5 e 6 de Outubro, cinco meses precisos depois da abertura dos Estados Gerais — sublevação que teve por causa próxima a falta de pão em Paris — não é ao Rei, não é à Assembleia Nacional, não é aos antidemocratas conhecidos de nobres e plebeus que a massa popular amotinada atribui a falta de pão, e os projectos, de que tanto se fala, da fuga da Corte para Metz, além fronteiras. É à Rainha. Só a ela. À «Austríaca», à «Dissipadora» ,à «Messalina». E tanto, que na pavorosa madrugada de 6, a onda irreprimível arranca sobre o Palácio. Degola dois soldados do Corpo da Guarda. Estilhaça portas, invade salões, destroi preciosidades, grita, vocifera, ulula, apenas num fito: — o de assassinar uma mulher. Uma mulher — comenta Lamartine — promovida a inimiga de toda uma Nação.

E tanto que os assaltantes, ébrios de furor, dos aposentos régios não entram senão nos de Maria Antonieta. Encontram o leito vasio. E não avançam sobre os aposentos de Luís XVI — recuam, pelo contrário, abandonando o Palácio, certos de que ela fugira a tempo de se furtar à degola.

É ainda contra ela, na tormentosa marcha desta tarde, quando transferem a Família Real de Versalhes para Paris, que a multidão implacável mais rudemente se manifesta.

O povo sublevado e triunfante exige o refens da Família Real como garantia da efectivação das condições de paz. Pelo que a transfere do Olimpo de Versalhes para a reclusão das Tulherias. Forma-se longo cortejo, em que se arrasta o coche do Rei,

da Rainha, do Delfim e da Princesa, sua filha, e da Princesa Isabel, e da Marquesa de Tourzel, preceptora dos príncipes. Outros coches gemem no trilho deste, como o da Princesa de Chimay, os das damas de serviço, os dos nobres palatinos. Outros mais, transportando os chefes militares da Casa Real e os comandantes do Exército e da Marinha. Em berlindas, em seges, em fiacres desfilam os cem deputados da Assembleia.

VI—Maria Antonieta a caminho da prisão

Sim. Na jornada de Versalhes para Paris, o Palácio das Tulherias vai converter-se em prisão dos régios moradores — vai ser o primeiro presídio do Rei e da Rainha.

O cortejo de coches, berlindas, seges e fiacres segue lentamente na estrada em que as viaturas mal conseguem romper através da massa popular. No coice das viaturas de passageiros, rolam os transportes de mantimentos — os carros de trigo e farinha apreendidos nessa manhã em Versalhes, escoltados por granadeiros e peixeiras.

A turba enfurecida ruge à testa dos coches. Ladeia-os, envolve-os, comprime-os — abrindo o cortejo, à laia de porta-bandeiras, os populares que conduzem, nas pontas de chuços, as cabeças dos guardas trucidados no assalto ao Palácio. O coche real é rodeado por mulheres armadas de chuços e espadas, cantando canções eróticas, escarnecendo da Rainha humilhada, apontando Luís XVI, Maria Antonieta, o Delfim e clamando em coro:

— Não haverá mais falta de pão! Já temos padeiro, padeira e moço de padeiro!

E tudo aquilo, as sete mil mulheres de Paris comandadas pela amazona Theroigne de Méricourt e pelo «julhista» Maillard; as filas espessas de operários sem trabalho, que entoam a plenos pulmões a canção subversiva *Cá Irá,* uns e outros concertando uma floresta de lanças, chuços, baionetas, sabres e bastões — segundo o depoimento escrito de Bertrand

de Molleville, testemunha do facto: — tudo aquilo se precipita sobre os coches, tornando a marcha lenta e penosa, abafando o rodar das viaturas e canhões, vociferando com ódio o nome da Estrangeira.

No entanto, só os áulicos se mostram abatidos sob o rugir da tormenta — os áulicos e os componentes fiéis do Corpo da Guarda, que quiseram acompanhar os seus reis na adversidade, uns a pé, a cavalo outros, a maioria sem chapéu, a totalidade desarmados. Porque a Rainha, apesar de se reconhecer alvo dos insultos e blasfémias da turba exaltada, glosados por descargas de fusilaria, em sinal de regosijo, nunca foi mais Rainha. Nunca sob as galas do trono se mostrou nem mais serena nem mais digna.

Será este o povo que delirantemente a festejou à sua chegada a Paris, vinda de Viena, noiva do Delfim da França? — deverá perguntar-se, no delírio macabro do trajecto. E será este o povo que acudira a Versalhes, em alvoroço e regosijo, no dia em que ela deu à França o primeiro filho varão? — todas as classes trabalhadoras, com os seus trajos característicos e os seus carros alegóricos, as peixeiras à vanguarda da turba festiva, por lhes pertencer o privilégio de saudar, antes das demais classes, as parturientes, na câmara régia, pelo nascimento dos Delfins. As peixeiras usufruiam igualmente o privilégio de assistirem do camarote da Rainha, nos teatros da capital, aos espectáculos de celebrações nacionais.

Sim, é o mesmo povo, neste transe, mais do que sacudido pela perspectiva da fome: — desvairado pela embriaguês da propaganda política, alucinado pelo veneno da intriga e da calúnia.

As multidões entregam-se com facilidade igual à exaltação ou à lapidação dos seus ídolos — na hora em que estes caiem em desgraça. E não conhecendo as manifestações intermediárias na escala do sentimento, não sabem senão adorar ou odiar — crepitando de entusiasmo ou rugindo de cólera. Para elas não existe nem a tolerância, atitude reflectida, nem a piedade, impulso sereno. Obedecem, invariàvelmente, ao fanatismo, que sobe aos céus os eleitos, os réprobos precipitados nos infernos. Assim como, sempre

que a felicidade as bafeja, corporizam num símbolo grato a fonte das suas venturas; corporizando num símbolo abominado a causa das suas desgraças.

O símbolo das atribulações do povo francês, ao deflagrar a Revolução, é Maria Antonieta.

É isto basta para explicar o furor revelado contra a Rainha no assalto ao palácio de Versalhes; no trânsito de Versalhes a Paris; na reclusão dos salões e câmaras das Tulherias, — em que fica tão prisioneira, que nem sequer pode assomar às grades da prisão.

O ódio contra ela espumeja em Saint-Cloud, na celebração do primeiro aniversário do 14 de Julho, no *Campo de Marte* — quando mais uma vez pretendem assassiná-la; e novamente assume ímpetos de extermínio quando da fuga da Família Real, quando a Família Real foge, na verdade, e é presa em Varennes, e de Varennes retorna a Paris.

Mais uma vez, nesta terrível emergência, uma mulher decide da marcha da Revolução, talvez dos destinos da França.

É a própria Maria Antonieta que o acentua, angustiada, nessa noite de agonia e desolação em que o seu cabelo, do loiro ardente da mocidade descai no branco gélido da velhice.

Maria Antonieta, nesta tétrica conjuntura, deixa de ser por um momento Rainha, para ser só mãe, só mulher. E roja-se aos pés da senhora Sauce, consorte do merceeiro Sauce, *maire* de Varennes; e murmura, e suplica:

— Faça com que o seu marido deixe seguir viagem o Rei e sua família. E terá a glória de contribuir para a paz da França.

A senhora Sauce, acima do Rei e da Família Real, e da Paz da França põe, previdentemente, a vida do marido — e o Rei, e a Família Real tornam à reclusão das Tulherias; e a França, que decerto não alcançaria a paz a troco da fuga de Luís XVI, mas que traçaria nova rota aos seus destinos, entra daí a nada na crise epilética do Terror.

Outro aspecto da influência da mulher no desdobrar dos acontecimentos.

Barnave, o moço e incandescente tribuno da esquerda da Assembleia Constituinte, é um dos três escolhidos pelos revolucionários de Paris, mercê do seu fogoso republicanismo, para acompanhar os régios fugitivos no regresso da mercearia Sauce ao Palácio das Tulherias.

Toma lugar, com o rude Pétion, na berlinda real da fuga e do retorno. Mas a perspectiva degradante desses sete dias de jornada e flagelo, o povo da França, sob o sol canicular de Junho, a arrastar na poeira das estradas os seus Reis — reduzidos a reis de carnaval, entregues à sanha executiva dos fariseus; mas, em especial, o espectáculo aflitivo dessa estrangeira odiada, flor heráldica duma das maiores Cortes do mundo, que nem ferida no coração de mulher e cuspida no orgulho de Rainha abdica da nobreza de porte do ritual; estes dois espectáculos, impressionantes e simultâneos, afectam-lhe a sensibilidade de generoso. Neste transe, o cidadão é um homem. O republicano, um francês. E o homem sente-se rebaixado na sua dignidade humana diante da ferocidade das brutas gentes, ao longo da via dolorosa. E o francês confessa-se humilhado nos seus brios de civilizado sob a ressaca dos enxovalhos a uma senhora indefesa.

Pelo que, Barnave, o verbo rubro da revolta, cuja garganta se conserva ainda esbraseada das apóstrofes candentes jorradas sobre o vulto hérculeo de Mirabeau, quando este se curvou perante o trono ameaçado; curva-se, ele próprio, perante a adversidade da Rainha. Converte-se no Cireneu da penitente, a garganta de Golias a afinar pela harpa de David, o iracundo trovador da esquerda passando a solfejar os mansos salmos da direita, no pretório da Constituição.

— Sei bem que vou pagar com a cabeça o interesse que as vossas desgraças me inspiram — diz, daí a pouco, já convertido, já moderado, à Rainha apoquentada de tôrvas apreensões.

Não há dúvida: — no assalto a Versalhes; como na volta de Varennes; como no 20 de Junho, em 92, no assalto ao Palácio, agora das Tulherias; como, logo a seguir, nos morticínios do 10 de Agosto; como nas

carnificinas do 2 de Setembro — os passos mais sinistros desta via dolorosa são os da mártir suprema da Revolução e da Humanidade; é ela, sempre ela, a «Harpia», a «Austriaca», a «Messalina», a *M.me Veto,* a «M.me Capêto», a primeira responsável das vicissitudes do povo, a vítima mais exposta às suas truculências...

VII — O Pintor David na cena da Revolução

Sim. Maria Antonieta é a maior mártir da Revolução e da Humanidade. Colocada nesse caleidoscópio de furor e vindicta parece ser autora das maiores afrontas de todos os tempos ao povo francês.

Mirabeau disse um dia na tribuna, — observa Henri Robert nos *Grandes Processos da História,* e a crueza da Revolução parece sancionar-lhe o ditado:

— O Rei não tem senão um homem junto de si. É a sua mulher.

Desta sorte, todos os actos palatinos que contrariam ou retardam os decretos da *Assembleia* e as revindicações dos clubes, são imputados ao Rei, apenas pela fraqueza de os sancionar. À Rainha cabe a responsabilidade de sua execrada efectivação — acrescentando hora a hora o passivo das dúvidas dos soberanos ao povo insurrecto.

Simplesmente: — a Rainha, sendo um homem na energia militante, decai no resvaladouro da transigência nos momentos de crise. Não é a mulher da firmeza e unidade de vistas de Catarina da Rússia, sua contemporânea — cuja vontade não torce nem quebra nas horas decisivas. Nada se parece sequer com Maria Tereza de Áustria, sua mãe, cujo governo, em crítica emergência, afrontou vitorioso a contra corrente dos partidos adversos. Maria Antonieta dispõe de máscula energia — mas só no lance de impôr o *véto* às deliberações ou complacências do Rei. No transe agitado em que a boa política aconselha a manter, sustentar, investir com decisão contra as decisões rebeldes, a sua energia dobra-se, afroixa,

quebra. Quer dizer: as suas interferências nos negócios públicos não revelam energia. Denunciam altivez. Energia cega — incapaz, por isso, de verificar que o acto enérgico, hoje decretado, revogado amanhã, só serve para duplicar a audácia que pretendia enfrear. Converte-se no multiplicador dos impulsos subversivos daqueles que a energia procurara dominar ou moderar. É um acto de força que, longe de constranger, incita — tornando-se o selo branco da impunidade dos infractores da lei.

As nações coligadas, Bélgica, Prússia, Áustria, Sardenha, estão neste entrementes acossando as fronteiras francesas, com nobres da emigração encorporados nos seus exércitos. La Fayette, que de general em chefe da resistência contra os invasores, passara a general comandante das tropas revolucionárias; Dumouriez, que de cabo de guerra palatino transitara para o comando das fileiras populares, sofrem nas fronteiras alarmantes derrotas.

Na *Assembleia,* agora *Assembleia Legislativa,* os deputados da Gironda, os *Girondinos,* têm notável maioria. No transacto Novembro, ela havia aprovado o decreto, muito da responsabilidade dos *Girondinos,* que ordenava o regresso dos emigrados ao Reino, sob pena de sentença de morte e confisco dos bens patrimoniais. Como os emigrados, em vez de regressarem à França, se encorporam nos exércitos invasores, em Maio, aprovado o decreto que expulsa do território os clérigos que se neguem a jurar fidelidade à Constituição, é criado um corpo militar de 20 mil homens destinado a proteger Paris da invasão dos coligados.

O Rei, sob a acção da Rainha, opusera o seu *véto,* o direito de *véto* que lhe fôra concedido pela *Constituinte,* ao decreto dos emigrados. Em Maio, opõe o *véto* ao decreto da expulsão dos sacerdotes não ajuramentados e da criação do corpo de exército para defesa de Paris.

— Quem sugeriu de novo o *véto* ao Rei? Foi a Rainha! — decidem, a uma voz, as legiões revolucionárias, em pé de guerra.

Neste transe, os 80.000 populares armados, sob as ordens de Santerre, que no dia 20 de Junho invadem

o Palácio das Tulherias, espadas em riste e calções rotos nas pontas de chuços — as secções de populares que passaram a designar-se por *sans-culottes* — não é ao Rei, é à Rainha, à Austríaca, à M.me *Véto* que insultam e ameaçam.

Sem ela a seu lado, acusada nos jornais, nos panfletos, nos clubes, de favorecer a *Junta Austríaca,* centro de actividades bélicas com o ponto de mira na França, e de fomentar a invasão estrangeira, o Rei talvez não tivesse bebido o novo cálix de amargura — tão flagrantemente representado no copo de vinho que um *sans-culotte* lhe levou à boca.

A situação agrava-se. Os prussianos, sob a espada do Duque de Brunswik, já lutam àquem fronteiras, já assolam a terra francesa.

O Rei persiste em não assinar os decretos da *Assembleia.* No entanto, os soldados das comunas começam a concentrar-se em Paris — os marselheses entoando pela primeira vez o hino incendiário de Rouget de Lisle, a que dão o nome de *Marselhesa,* hino cantado à vanguarda das unidades federadas. Ao mesmo tempo espalha-se o boato, que os clubes confirmam, que os jornais ampliam, da fuga próxima da Família Real, da conjuração iminente das Tulherias para o extermínio dos federados e patriotas.

Deflagra então o 10 de Agosto — a tétrica madrugada em que os sinos acordam a cidade espavorida tocando a rebate, em que os tambores das secções percorrem as ruas rufando a *generala,* os canhões dos sediciosos a dispararem, a convocarem ao ataque as secções dos arrabaldes, a convergirem sobre a capital, entoando o *Ça Ira,* os batalhões de Marselha encandescendo a turba à chama da *Marselhesa.* E ao romper do dia é o assalto às Tulherias, a chacina dos nobres palatinos, a degola dos criados fiéis, o sacrifício da *Guarda Suiça*, a Família Real, tresloucada pelo terror, a refugiar-se na *Assembleia,* no sinédrio dos inimigos da Realeza.

Não recordo o refúgio do Rei, da Rainha e dos Príncipes na *Assembleia*, esta desde a véspera em revulsiva sessão permanente, que não veja David, o Mestre da pintura clássica, o sereno compositor das grandes linhas impecáveis, apoplético de jacobi-

nismo, a insultar os régios fugitivos, a voltar as costas a Luís XVI — ele, o Artista admirável que beijara a mão do monarca pelo menos ao receber o *Grand-Prix do Salon* de 1775. E a fisionomia instável de David aparece-me sob os traços flagrantes dum símbolo eterno — o símbolo do calculista acomodatício de todas as épocas de crise, da tribo furta-cores que vive sempre de cara para os revérberos do sol nascente. Por isso, enquanto os Greuze, os Fragonard, os Prud'hon, ao estalar a tormenta se despenham nos abismos da indigência — a indigência que Anatole France tão magistralmente revive no *Les dieux ont soif;* — enquanto o insigne Brotteaux recorre, para viver, ao fabrico de palhaços de papel; ao tempo em que o ilustre Gamelin se vê forçado a trancar as portas do *atelier,* à míngua de tintas e modelos; o grande David, jacobino, o prudente David, legislador, oferece aos deuses a taça de oiro a transbordar de nectar das libações.

Vemo-lo avançar em inalterável ventura através dos quatro actos da formidável tragédia. Amigo de Marat, aproveita o suplício de Carlota Corday para confirmar o seu apego à Revolução: — desenha a bela guilhotinada com feições de megera; depois, mobiliza um cirurgião, leva-o ao cemitério e convida-o a autopsiar a donzela bretã, no fito de convencer as massas da sua depravação de costumes — verificando, contrariado, a imaculada pureza da Virgem d'Argentan, facto expressivo que o Dr. Cabanés documenta no *Gabinete Secreto da História.* Íntimo de Danton, no afã de lhe provar o seu desprezo pelos régios executados, oferece ao *Montanhês* o *croquis* de Maria Antonieta, debuchado na hora aflitiva em que as *tricoteuses,* de punhos cerrados, de bocas espumantes, barram o caminho da carreta que transporta a Rainha à guilhotina; fanático de Robespierre, lisongeia o tirano dedicando-lhe a máscara de Danton, fixada da janela da *Praça da Revolução,* na hora em que o indómito gladiador, no estrado do cadafalso, com as últimas apóstrofes de revolta desfere o último clarão de génio. Descobrimo-lo depois a decorar a cena teatral das festas do *Ente Supremo,* no auge de Robespierre, sob o signo do *Arcanjo do*

Terror Vermelho. Lobrigámo-lo mais tarde a adular as ambições imperialistas de Bonaparte, no quadro maravilhoso da *Coroação.* E não o enxergamos na falange dos pretorianos do *Terror Branco,* sob a égide da restauração realista, porque Luís XVIII, ex-conde de Artois, lhe não perdoa ter votado à morte Luís XVI,—mal se apodera do trono, a expulsa-lo do solo gaulês.

VIII—Imagens femininas de abnegação e sacrifício

Esboçado o perfil do grande Pintor David, lamentável troca-tintas, troca-tintas antes, durante e após a Revolução, prossigamos na nossa jornada.

A Família Real, que da reclusão das Tulherias transitara para o refúgio da *Assembleia,* é transferida deste refúgio para a prisão do Templo.

Sob o pretexto do drama urdido nas Tulherias contra a segurança da Pátria, e sob a excitação geral da vitória dos aliados—pois os prussianos, tomando Longwy, arremetem sobre Verdun—Danton, agora Ministro da Justiça, decreta a caça aos traidores, nobres, realistas e sacerdotes não ajuramentados. Quinze mil pessoas, homens e mulheres, acumulam-se, acotovelam-se nas masmorras da *Abadia,* da *Force,* da *Conciergerie,* do *Luxemburgo,* do *Chatelet,* das *Carmelitas.*

Marat, chefe do *Comité de Vigilância,* e a Comuna, instigadora dos facciosos dos clubes, lançam o pregão de morte aos encarcerados—clamando que os prussianos rolam sobre Paris no propósito de os libertarem; que nos batalhões prussianos se encorporaram os emigrados sedentos de vindicta, uns e outros concertados para a matança, para a S. Barthélemy dos patriotas.

É domingo o dia 2 de Setembro—os domingos, dias de festa, mudam-se em dias de tormenta nos anais da Revolução.

Tornam a tocar os sinos a rebate. Ouve-se de novo o trovoar do canhão. Sente-se outra vez o rufar dos tambores.

E efectua-se a nova S. Barthélemy — ao contrário do que se dissera no anúncio anterior, tendo os vermelhos por algozes, por vítimas os brancos. E perpetra-se o crime monstruoso das matanças de 2, 3 e 4 de Setembro, padres, nobres e mulheres, aos centos, trucidados nas prisões — formando cordilheiras os montes de cadáveres, as mulheres distinguindo-se dos homens pela heroicidade e altivez diante dos matadores.

Admirável a coragem de Manuel, Procurador Síndico da Comuna, procurando salvar encarcerados com prédicas de misericórdia. Admirável a ousadia de Bazire, moço vibrante de indignação, intentando chamar à ordem os carniceiros. Impressionante a figura de Dusaulx, velho enorme de intrepidez, que se esforça, em altos brados, por domar as feras. Entretanto, maior do que a desses paladinos do bem é a heroicidade das mulheres, que lutam com os verdugos a favor dos seus, seus pelo sangue ou coração, e que exaltam a sua fé nas instituições perseguidas na hora do furor e da chacina.

Eles, Dusaulx, Bazire, Manuel têm a protegê-los o escudo de contrários à casta arguida e sentenciada de suspeita.

Elas, na maioria pertencentes à nobreza, estão na lista negra dos condenados à morte.

Apesar disso: — a filha de Sombreuil envolve o pai nos braços, no aceso da carnificina, e furta-o ao chuço dos carrascos. A filha de Cozotte comove os algozes pelo desassombro revelado ao arrancar o pai aos sabres ensanguentados. A Princesa de Lamballe, amiga íntima de Antonieta, que do estrangeiro regressara à França, no apego à Rainha da desventura — tipo legendário de fidelidade e sacrifício, que ficaria bem ao lado das Helenas e Cecílias do circo romano; — a Princesa de Lamballe, quando surge diante da turba alucinada de ferocidade, ergue mais a fronte, «o rosto mais pálido do que a sua roupa branca», segundo o testemunho presencial de Rétif. No momento em que os magarefes a empurram para

o montão de cadáveres que faz barragem à embocadura da rua dos Ballets, e lhe ordenam que grite — *vive la Nation!* ela, de fronte sempre erguida, nega-se a gritar. E tomba sob cem golpes na rima dos irmãos trucidados.

É ainda, é sempre a Rainha, até no *sabat* dos morticínios de Setembro, o alvo preferido pelas cóleras populares. Não a assassinam nesta conjuntura mercê das forças de guarda ao *Templo,* e do emblema com as cores nacionais, aposto sobre o portão da entrada na fortaleza. Mas trespassam-lhe o coração de amiga com as sete espadas da dor, obrigando-a a testemunhar o suplício da Lamballe. Trucidaram muitos amigos do Rei, entre eles o seu Ministro Montmorin. Nenhuma dessas vítimas da ira revolucionária foi passeada diante do Templo. Abatida a Princesa de Lamballe conduzem o cadáver junto aos muros da cidadela. Chamam Antonieta às grades da prisão — para que veja, por seus olhos, os despojos sangrentos da que por lealdade lhe sacrificou a vida: — a formosa cabeça na ponta do chuço de Charlot; o coração, uma posta de sangue, na ponta de outro chuço rebelde; o corpo escultural, alvo mármore que nem a beleza nem a morte lograram cobrir de respeito, arrastado no chão pelas fanáticas da guilhotina, as desgrenhadas sacerdotisas da *Missa Vermelha.*

Vem a propósito pôr neste lugar, ao lado da Lamballe, a Marquesa de Turzal e sua filha Paulina, Senhora de Naverrareux, imagens vivas da coragem, abnegação e sacrifício. Baixaram com a Rainha, sua ama e amiga, das festas de Versalhes aos alvoroços, aos insultos das Tulherias. Acompanharam-na à desilusão de Varennes. Seguiram-na nos tormentos da viagem de Varennes a Paris. A Princesa de Lamballe não passou por estas provas. Decidida a evasão da Família Real, emigrara para a Bélgica. Mas recolhera aflitivamente à França, alheia ao perigo, após o malogro de Varennes — não registando as crónicas um único notável que requeresse partilha nas desgraças do Rei prisioneiro.

A Marquesa de Tourzel e sua filha Paulina, Senhora de Navarrareux, no dia trágico do assalto às

Tulherias, prisioneiras, são conduzidas da *Assembleia* às enxovias da *Force.* Suplicam, porém, a trasladação para as casamatas do *Templo,* no anseio de aliviarem a cruz da Rainha, de quem já não dependem. E ali ficam, a seu lado, a venerá-la e a servi-la.

Sublinhando a abnegação e sacrifício de M.me de Tourzel, da filha, da amiga, as que por ela se expuseram na fuga de Paris para a fronteira, não é lícito esquecer a figura legendária do sueco João Axel, Conde de Fersen, o varonil apaixonado de Antonieta, assim definido pela Baroneza de Korff, ex-Embaixatriz da Rússia em Versalhes — «alma ardente, sob uma armadura de gelo». Consagra a Antonieta, à mulher, um amor tão profundo como o seu respeito pela Rainha. E ao ver a mulher na desgraça, ama-a ainda mais do que quando Rainha, nos tempos explendorosos de Versalhes e do Trianon. É ele o principal organizador da fuga da Família Real para a segurança armada da fronteira. É ele quem faz construir — pagando-a do seu bolso, a berlinda que há-de levar à salvação, com marido e filhos, a mulher amada — de quem não espera receber senão o sorriso agradecido. É quem abona 300.000 libras à Baroneza de Korff, para fornecer á Marqueza de Tourzel o passaporte da viagem — a Marquesa no *travesti* de Baroneza de Korff, ex-Embaixatriz de Rússia; Antonieta no de M.me Rochet, perceptora dos filhos da Baroneza; Luís XVI no de Mr. Durand, seu mordomo. É ele quem conduz a berlinda da evasão, no posto de cocheiro, até Bondy. E não a conduz a boa paragem, por Varennes, até à praça forte de Montmédy, na fronteira, como se decidira em Paris, porque estava escrito no livro negro dos destinos que o Rei e a Rainha da França haviam de outorgar a cabeça ao cadafalso. Assim, o Rei, num imprevisto rasgo de ciúme, talvez o único em toda a sua vida, privou a berlinda real, em Bondy, do cocheiro que, na fronteira, havia de entregar à segurança da fortaleza de Montmédy, e dos seus soldados, os régios fugitivos.

Maria Antonieta continua a ser, no Templo, e na *Conciérgerie,* e no Tribunal, e no cadafalso,

a vítima flagelada com requinte, crucificada com ferocidade, sofrendo, como ninguém, por todos os vícios, todas as fraquezas, todos os erros do passado e do presente.

Ao Rei, encarcerado no presídio, permitem-lhe o consolo da família até à hora extrema. Ao Rei, destituído do cetro, levam-no excepcionalmente a julgamento à barra da *Assembleia*. Ao Rei, condenado à morte, transportam-no ao cadafalso num côche régio — e concedem-lhe o viático da despedida dos seus; e autorizam-lhe a confissão e a missa a cargo dum padre não ajuramentado; e nem o insultam, nem o escarnecem, na marcha fúnebre para o suplício. A ela, à Rainha, resolvido «que a sua cabeça seja arremessada à cara dos aliados», de harmonia com a proposta de Hebert, separam-na dos filhos e da cunhada; das relativas comodidades do *Templo* baixam-na à gélida humidade da *Conciérgerie* — as roupas interiores, que a presença hostil dos guardas lhe não permite mudar, caindo-lhe em farrapos; e julgam-na perante o *Tribunal Revolucionário* — onde o impassível Hebert, atrozmente lhe trespassa o coração de mãe ao fio das setenta espadas da calúnia, à acusação de práticas ignominiosas com o filho de sete anos!

Por último, conduzem-na ao cadafalso na carreta dos demais condenados, as mãos amarradas atrás das costas, ao lado dum sacerdote ajuramentado, a quem ela se nega a confessar-se. E sobe ao cadafalso por entre a mais cruel surriada dos fanáticos seccionários, das *amazonas* da Olimpia de Gouges, das macabras *tricoteuses* da Lacombe — as cidadãs, às ordens de Rosa Lacombe, que nas ruas da cidade aguardam os condenados, homens e mulheres, brancos e vermelhos, fazendo meia, dedilhando *crochet*, e, na passagem das «fornadas» dos mártires da guilhotina, atroam os ares à bárbara sinfonia da *Missa Vermelha*.

Mas, na *Conciérgerie*, como no Tribunal, como na carreta, como no cadafalso, como sempre, ela mostra-se «mais Rainha do que sob as galas do trono» — regista o grande historiador Luis Madelin, na *História da Revolução*.

E eu acrescento ao registo: — a serenidade na dor, a dignidade na desgraça, a beleza cristã da grandeza no martírio, não consentiram que Maria Antonieta fosse destronada. O seu trono ergueu-se mesmo a alturas que nunca atingiria sem o martírio, sem a guilhotina

Assentam à maravilha, em frente da cabeça decepada da Rainha da França, outras imagens, outros vultos grandes de mulheres, estas vestidas de humildade, que tiveram a abnegação de se apiedar das misérias da encarcerada na *Conciérgerie* — piedade que podia custar-lhes a vida.

A senhora Richard — mulher do carcereiro, de carcereira passa igualmente a encarcerada, por prestar socorros a Antonieta e levar-lhe notícias dos filhos e amigos

As senhoras Bault, mãe e filha, cuja notável bondade a Marquesa de Tourzel regista nas suas *Memórias*, trasladadas da *Force* para a *Conciérgerie* promovem-se a doces irmãs de caridade da Rainha da desventura. Substituíam-lhe a água salôbra do Sena por deliciosa água de Arcueil — a que ela bebia no Trianon. Levam-lhe frutas no disfarce risonho de flores. E concertam-lhe os trapos esfarrapados. E dão-lhe um tapete contra a humidade. E até, a ocultas, a mêdo, à hora da rendição dos guardas, lhe penteiam os alvos cabelos de velhinha — velhinha aos 38 anos.

IX — Corday agrava a crise do Terror

Estamos na França da 1.ª República. Foram abolidos os privilégios senhoriais — todos os franceses igualados nos direitos e obrigações. Acabaram os servos da gleba — todos os homens, quebrada a grilheta que vinculava o servo à terra e ao senhor feudal, aptos a ascenderem a todas as profissões civis, eclesiásticas e militares.

É proclamada, por entre hinos votivos, a trilogia da *Liberdade, Igualdade, Fraternidade.*

E, derruido o trono dos Bourbons, todos os tronos da Europa se levantam em alarme, abalados na estrutura obsoluta dos seus fundamentos pelo terramoto que ameaça derrubar a secular constituição política e económica de velhos e novos Estados.

Marte entra a favorecer as tropas da Revolução na guerra das fronteiras contra os invasores. Dumouriez, à testa das suas unidades, mal armadas, mal municiadas, obtém a vitória estrondosa de Valmy, e interna-se na Bélgica. Custine, no comando dos exércitos do Marne, expulsa os prussianos do solo francês e transpõe as linhas germânicas do Reno. Ao mesmo tempo os batalhões de voluntários, às ordens de Jourdain, Tallien, Fouché afogam em sangue as rebeliões internas de Lyon, Marselha, Bordeus, Vendeia.

A Revolução atinge o apogeu. O Terror crepita e faulha, as «fornadas» da morte multiplicadas pelas acções e reacções em ebulição. É a hora da mulher de espírito. É o lance da mulher heróica. É o transe da mulher sublime.

M.me Roland, educada na escola da *História Antiga,* Plutarco assume, na sua devoção, o ascendente de guia e mestre. Entretanto lê e medita, com lúcido fervor, os escritores latinos. Apaixona-se pelos inimigos dos déspotas, Bruto, na sua mística, sendo a verídica personificação da Liberdade. E porque, na época do Renascimento, a Moda decretava modelos históricos extraídos da velha Grécia, os seres inclinados à piedade conjugal a elegerem Heitor, por modelo, Aquiles os de índole vingativa, Édipo os sensíveis ao remorso, na época da Revolução a Moda adopta por figurinos expoentes da Roma heróica. M.me Roland escolhe e encarna o de Cornélia — legitimado por seus actos, de facto e de direito, o cognome histórico de *Mãe dos Gracchos.*

Não há dúvida: — *os Girondinos,* a ala dos namorados da Liberdade, são bem filhos seus — amamentados ao seio da sua fé política, educados na escola da sua ciência da História, criados à sua imagem e semelhança.

Por isso, ela, que lhes marcou lugar na direita da *Assembleia Legislativa;* ela, que lhes afinou a

voz para a proclamação da República; ela os levou pela mão ao estoicismo espartano do cadafalso.

Por quê? Porque o coração da mulher superou a cabeça da revolucionária.

Assim, M.me Roland, conselheira do marido na *Assembleia* e no Ministério, ele o editor responsável dos decretos gerados ao calor do seu cérebro; mentora do seu partido pela graça da mulher, pela beleza imaculada, pelo prestígio do Espírito, a reflectir-se em sua palavra sedutora, orientando e dirigindo a mais combativa e audaciosa falange intelectual da Assembleia e da Convenção — falange que arvora por timbre o ingénuo romantismo de Barbaroux, por flâmula a eloquência generosa de Vergniaud; — M.me Roland, acorda do seu sonho ao toque de rebate do 2 de Setembro.

Vê os Brutos do Senado brandindo a vara dos Cesares. Surpreende os Socrates do executivo a darem a beber a sicuta, não a beberem-na. Reconhece que os Catões da República, em vez de rasgarem as entranhas em holocausto à Liberdade, rasgam as dos contrários em nome da Intolerância.

Bate as pálpebras. Sacode a cabeça. Acerta as ideias pelos sentimentos.

Não, não era isto o que ela queria. O seu sonho belo não cabe nesta realidade. A seguir deflagram a morte do Rei, as carnagens dos departamentos. E ela, que mais do que ninguém concorrera para a efectivação do 21 de Setembro, a queda da Monarquia, precipita o 31 de Maio, a *queda dos Girondinos*.

Proclama e incita os seus a proclamarem as obras de misericórdia — e a *mãe dos Gracchos* sucumbe sobre os destroços da sua obra. Sucumbe, mantendo o digno aprumo que não foi excedido por Cornélia na estátua de bronze eregida em memória das suas virtudes pelos contemporâneos.

Sobe ao cadafalso. Vestida de branco. E apesar do vendaval das imprecações e do graniso das apóstrofes, alta no fragor da tempestade, só o cutelo de Sansão lhe apaga nos olhos e nos lábios o sorriso de piedade pelos matadores.

— A República, como Saturno, devora os próprios filhos — dita do estrado fatídico, a voz suspensa

do fio da guilhotina. E o seu ditado converte-se na legenda sinistra do *Terror.*

Segue-se a *queda dos Girondinos,* filhos espirituais de M.me Roland, cujas cabeças decepadas falam melhor aos corações sensíveis do que a sua voz aos jacobinos das secções populares. As cabeças dos *Girondinos* a tombarem no cesto voracissimo, e a irromper na arena a *Virgem d'Argentan,* a moça e varonil Carlota Corday — cujo punhal, em lugar de travar o carro da vertigem, o impele em desaustinada carreira.

Filha de nobres, da família d'Armont, educada no culto da *Cidade Antiga,* fiel aos cânones clássicos do seu tempo, admira os vultos insignes de Plutarco, crê-se irmã espiritual de Paulina — pelo que, republicana de sentimento e cultura, pretende para o seu país a República da Paz e da Igualdade.

Os *Girondinos,* na República proclamada, à face do seu credo constituem o penhor da sua aspiração.

Nisto, sente baquear os ídolos do fervoroso credo no suplício, na perseguição, no desterro — acusados de traidores, de partidários da República federalista, de secretamente entendidos com Dumouriez, nesta emergência emigrado, tal qual os nobres que combatera pelas armas, e acusado de promover o golpe militar da contra-revolução.

E quem prègara o ódio aos *Girondinos,* a ceifa das espigas de oiro da Gironda? — Marat, o epilético do intolerantismo, o possesso da morte, a quem Deus enchera o corpo de peçonha, a peçonha que o obriga a estar no banho noite e dia, depois do Diabo lhe ter afogado a alma em ódio — ódio dia e noite, insaciàvelmente, a uivar sêdes vesânicas de sangue.

Faz calafrios o retrato de Marat debuxado por Garat *aprés nature,* numa das páginas mais expressivas das suas *Memórias.* O dr. Cabanés, no *Gabinete Secreto da História,* no seu curso de medicina retrospectiva diagnostica de lepra, não de eczema, a doença que lhe apostemava o corpo.

Marat, em Paris, vive num covil, à semelhança dos lobos na selva, lobos que são cordeiros no confronto com o jacobino.

Ceifada a messe florida e galharda dos *Girondinos,* Carlota Corday, *girondina* pelo coração, parte da Bretanha de rumo a Paris, na firme deliberação de vingar a ceifa cruel.

Chega a 11 de Julho de 93 — o 93 que sinaliza, no calendário da Revolução, a cota cimeira da nevrose do *Terror.*

A 13 penetra no covil do *Inimigo da Paz,* que recebe a sua gentil mocidade sentado na banheira, meio submerso no banho — e na própria banheira, lavra o seu protesto contra a morte, alucinada pelo odor da carnagem, despenhando na morte o «Amigo do Povo».

Presa sob rajadas de pragas e maldições; acusada e apostrofada no «Tribunal Revolucionário» por Fouquier-Tinville, o rubro Caronte da barca do novo inferno; a 19, seis dias transcorridos sobre o acto criminoso, Carlota é conduzida à guilhotina — a sêde dos deuses do *Terror,* deuses e sêde tão magistralmente redivivos por Anatole France, em nossos dias; a sêde dos deuses da *Convenção* não tolera delongas na sua insaciável volúpia. É conduzida à guilhotina, a trovoada em salvas atroadoras, o Sol a arder no Céu. De pulsos algemados atrás das costas, cabelos soltos ao vento, a cabeça resoluta enfrenta a turba desvairada, — os seios virgens a aflarem debaixo da camisola vermelha, distintivo dos assassinos. E a moça bretã ascende ao cadafalso na radiosa sobranceria que Chenier fixa em versos imortais.

Não discuto se Carlota procedeu bem, se actuou mal vingando a morte com a morte — pois não consigo adaptar o espírito ao conceito subjectivo da punição do crime de morte submetendo a matador ao instrumento do mesmo crime.

Anoto apenas — e a anotação realça a finalidade deste sumaríssimo processo retroactivo — que o acto de vindicta de Corday, sincronisado pelo diapasão da República Romana, só serviu para agravar até ao delírio a crise sangrenta do *Terror.*

Marat, da alfurja da rua dos Franciscanos é guindado ao Capitólio e à apoteose — o busto do «Amigo do Povo» entronizado, festejado nos teatros,

nas escolas, nos jardins, nas igrejas. É verdade. A efígie de Marat substitui nas igrejas, nos altares, as imagens dos santos. E no vesânico delírio da carnagem, sob a signo de Marat, os deuses, loucos de sêde, embriagam-se de sangue.

X — M.lle Gély na queda de Danton

Carlota Corday, derrubando Marat, excita, desvaira, impele à chacina o *Dragão Revolucionário*.

Chegou o momento de evocar uma das figuras mais representativas, um dos vultos simbólicos da *Revolução Francesa* — monstro de eloquência que não sendo o mais profundo, é o mais arrebatador dos tribunos do povo e o mais temerário dos julgadores da República.

Não preciso marcar o perfil de Danton a traço de minucioso recorte — conhecida como é, por grandes e médios da cultura geral, a máscara bárbara, empolgante, dominadora do roble da *Montanha* — o Júpiter trovejante que da bancada alta da *Convenção,* dominando a *Planície,* fulminando a Gironda, sincronisara o apelo de Marat com as suas apóstrofes, condenara os *Girondinos* à proscrição e ao suplício, condicionara os destinos dos próprios correligionários aos imperativos do Terror.

Pelo que, me limito a instruir, de fugida, o apenso do processo em que se indicia o seu declínio e se decreta a sua queda.

Ao eclodirem as matanças de Setembro, ele, Ministro da Justiça, é marido de Gabriela Charpentier — muito amargurada, anteriormente, por obra do assalto e morticínios do 10 de Agosto, como consta duma carta célebre de Lucília Desmoulins, amiga da mulher do convencional. Gabriela, em Setembro, recolhidas as feras aos fojos, sai de casa, dirige-se ao Ministério da Justiça e invectiva o marido por não se ter oposto à sangueira. É retirada do Ministério em braços, quase morta.

No entanto, Danton, apesar do amor que o liga á sua Gabriela, e aos dois filhinhos do casal, cha-

mado pelos Girondinos á barra da *Assembleia,* a fim de esclarecer a opinião pública sobre as responsabilidades dos acontecimentos, tomara, destemidamente, todas as responsabilidades da carnagem, — pois os magarefes apressaram-se a enjeita-las, segundo se verifica pelos documentos publicados por Le Nôtre, no livro *Os Morticínios de 2 de Setembro* — tanto é certo que até os tigres se apressam a lavar as presas do sangue das vítimas devoradas.

A mulher saíra do Ministério doente, quase morta. Em casa aponta os filhos pequeninos ao marido. Suplica-lhe piedade a favor dos filhos dos outros pais, ou dos pais dos outros filhos.

Sensibilizado pelas súplicas da mulher, na hora do julgamento do Rei, levado à barra da *Assembleia,* Danton já tem outra voz, afinada por tom suave inacessível ao primitivo «montanhês». E já fala em humanidade...

— As nações salvam-se, não se vingam — afirma, nessa emergência, no clube dos *Franciscanos.* — Sou revolucionário. Não sou fera. Não esqueço o que devo à humanidade.

Tenta ainda defender Luís Capêto. Compromete-lhe o verbo tribunício o receio de parecer traidor. E nesse receio vota pela morte do «Tirano» — a voz frouxa a trair-lhe os ditames do coração, agora a sentenciar, não a fulminar.

A mulher, executado Luís XVI, chora, soluça, queimada de apreensões e de febre. As nações, coligadas de começo, Austria, Prússia, Sardenha, aliam-se à Espanha e Inglaterra, feridas de espanto e revolta ao anúncio da morte do soberano. Danton, para se furtar à prova dolorosa das recriminações da mulher, aproveita a oportunidade do recrudescimento dos avanços militares além fronteiras, e parte para a Bélgica em armas.

Regressa a Paris em 10 de Fevereiro. Encontra Gabriela moribunda — com os filhos apertados ao seio, e a sua grande amiga, M.lle Luisa Gély, a confortá-la na agonia. Prestes a morrer, ela recomenda ao marido, uma vez mais, a sorte dos pequeninos. E, na esperança de que Luisa, graciosa miniatura de mulher, aureolada de beleza e bondade, seja a

segunda mãe dos seus filhos e converta o revolucionário aos santos mandamentos da Igreja, pede a Danton que a tome por esposa — pois ela será, além da segunda mãe dos orfãos, o amparo moral do caudilho nos embates da luta a que se votara.

M.lle Gély tem 15 anos. Tímida como o botão ao romper da haste, pura como a luz do alvorecer, fora educada no seio da aristocracia «vieille roche». É filha de pai realista — empregado por Danton, sob a pressão das necessidades da vida, ao serviço da República, no Ministério da Marinha. É afervoradamente religiosa. Religiosa devotada e praticante.

Rolam meses sobre a morte de Gabriella. Danton sente que os cuidados da Política não bastam para mitigar certos anseios da sua alma sadia e sequiosa de expansões afectivas. Lembra-se da súplica de Gabriella moribunda. Entra a erguer os olhos inquietos para as graças de Luisa.

Luisa, porém, no lance em que o omnipotente «montanhês» lhe confessa o seu amor, fica pávida de medo. Medo do ateu — tão afastado da sua alma de crente. Medo do sanguinário — cujo braço vê tinto do sangue derramado em torrentes. Medo do pretendente — cuja vingança, repelido e despeitado, pode custar a cabeça ao pai, à mãe, embora o pai seja funcionário da República.

Tudo isto reflectido, no instantâneo da perspicácia feminina, Luisa, pávida de medo, não se atreve a esquivar-se ao lobo da «Montanha». Requere que a deixe pensar no que lhe propusera. Pede conselho e socorro à mãe. A mãe, constrangida, procura o demagôgo. Fala ao jacobino, — e, na esperança de que ele desista da pretensão, declinando as condições impostas para o casamento, declara-lhe que sim, que Luisa o aceitará por marido, — desde que ele concorde na confissão e no matrimónio celebrados perante um padre católico, não ajuramentado.

Julga deste modo afastar da filha o inimigo inexorável dos padres, o perseguidor dos que preferem a morte ou o desterro a jurar obediência às instituições.

Mas, com espanto e desolação, vê Danton submeter-se, abdicar, quebrar, sob as exigências impostas,

o amor a cegá-lo, a iludir-lhe as perspectivas, a aproximá-lo da cruz na sensação de que vai cingi-lo, de que vai subir a escada de Jacob.

É das mais impressionantes páginas de Le Nôtre, na sua obra *Paris Revolucionário,* o capítulo em que o douto e sereno reconstrutor dos fastos da Revolução reproduz a cena dramática de Danton junto do confessor e celebrante do acto esponsalício.

Dirige-se a uma casa nos arrabaldes da cidade, onde vive, em recatado esconderijo, um padre proscrito.

Bate à porta. Pergunta pelo sacerdote. Negam-lhe, aterrados, a sua presença na moradia. Ele, que não dúvida da informação da sua polícia, força a entrada no abrigo clandestino do abade Kéravenan, — o abade assombrado, quase sem fala, considerando-se já na guilhotina, ao vêr adiantar-se, na penumbra do esconderijo, o torso inesperado do «montanhês».

— Senhor abade. Quero confessar-me, diz, acentua, duplicando o assombro do cura de almas. — Será o senhor tão bom que possa ouvir-me de confissão e perdoar os meus pecados?

— Ponha-se de joelhos, meu filho — responde o sacerdote, à toada convicta do penitente, cobrando ânimo, sentando-se numa cadeira.

Danton lança-se de joelhos, ergue as mãos, curva a cabeça revôlta e voluntariosa, murmura, quase súplica, quase soluça:

— Meu Pai! Eu acuso-me...

Acusa os seus pecados. Implora a absolvição. É absolvido. E, no dia seguinte, no segredo da mansarda transformada em capela, onde se erguera um altar, onde bruxoleiam lumes, tal qual nas catacumbas da era de Néro, nas entranhas de ignotos subterrâneos, o lobo da «Montanha» dobra o joelho ao lado da cordeira do vergel — aceita por esposa, à face de Deus, a linda, a frágil, a realista M.lle Luisa Gély.

E Danton, que ainda vota à morte os *Girondinos,* no receio de delatar a sua abdicação, começa a aparelhar, a agitar o carrilhão da cruzada contra a tirania dogmática de Robespierre; contra a ceifa desvairada das espigas de oiro da terra francesa; contra o anti-catolicismo fanático de Chaumette, o do culto da Razão, o que faz apear e fundir os sinos

dos campanários da França, designando-os de berloques do Padre Eterno.

Temos Danton a remar na barca da Revolução, de proa à direita, por obra e graça duma mulher — como já fizera Mirabeau, como já procedera Barnave, como vai proceder Tallien.

O pior é que nos rápidos das cachoeiras não há remos capazes de mudarem o rumo à barca. E se o remador insiste em dominar o turbilhão da torrente, é devorado pela onda que tenta disciplinar.

Só uma força pode opôr-se ao tumulto dos elementos desordenados — uma força maior. A torrente não vê, não ouve o remador que intenta moderar-lhe os impetos. Ou cede, ao impulso dum elemento mais forte, ou aniquila o elemento de propulsão deficitária.

Desta sorte, Danton misericordioso, aparece à vista dos facciosos transfigurado em desertor contumaz. E porque é preciso decepar o tronco e arrancar-lhe as raízes, com o gigante da «Montanha» tombam, aos golpes de Sansão, os seus amigos, os seus sequazes — entre estes Herbert, o inquisidor grosseiro de Antonieta; Desmoulins, o flamejante arauto da tomada da Bastilha, marido da apaixonada e sedutora Lucília Desmoulins, uma das mais enternecedoras figuras do agiológio revolucionário. Aquela cujas lágrimas, condensadas na carta acima entrevista, ainda hoje soam a gemidos de desolada saudade; a amorosa do grande amor implacàvelmente castigado pelo Tirano — Robespierre, padrinho do seu casamento, volvido em carcereiro da sua prisão, em carrasco do seu cadafalso.

XI — Robespierre — Arcanjo do Terror

Danton, e os seus amigos, e os seus adeptos, deram a cabeça ao cesto macabro. Cumpre-se a lei ditada por M.me Roland, do estrado da guilhotina, perante a morte:

— «A Revolução, como Saturno, devora os próprios filhos»...

Robespierre — o Tirano, o Ditador, dogmático como a Prepotência, impassível como a Lei, domina a França sem partilhas. Idolatrado por Saint-Just, a Razão fria ao serviço da Paixão cega, Coúthon, David, Lebas, Henriot, Amar, estes e aqueles por colunas mestras do Templo, o Arcanjo do Terror, de cabeleira «ancien régime», casaca «vieille roche» e punhos de renda, governa a República a pulso absoluto, mantem a guilhotina em actividade permanente.

A França republicana vence os inimigos do exterior e esmaga os do interior. A Bélgica arqueja, sangra, sob o seu gládio rubro. Os emigrados franceses fogem da Bélgica, da Holanda, varridos pelos exércitos dos *sans-culottes,* e mais apavorados do que na hora em que desertaram do solo pátrio. A fatalidade da derrota persegue-os, tortura-os, alucina-os.

Hoche, o general imberbe, Carnot, o general vidente, arremeçam os prussianos e os austríacos muito para lá do Reno.

Napoleão Bonarparte, um vago e juvenil capitão de artilharia, da noite de 22 de Dezembro de 93, faz a aurora dos seus próximos dias gloriosos — derrotando os ingleses, expulsando-os de Toulon, de que se haviam apoderado, na guerra contra a França revolucionária. Em seguida são os espanhóis a assinarem vencido no Russilhão, subjugados pelas tropas da República.

Os departamentos e cidades rebeldes submetem-se ao domínio cruel dos comissários da Convenção Nacional, dos inexoráveis convencionais, dessiminados por toda a França.

Lion é um corpo chagado pelos suplícios. A Gironda arfa de dor e sua o sangue das filhos queridos, flagelada pelos soldados vermelhos. A Vendeia é um vasto horto das tormentas, os últimos *chouans,* os últimos soldados brancos, na defesa da Monarquia, sob o comando de La Roche-Jaquelein, errantes por montes e vales, levando a reboque as populações espavoridas, sob o temporal da vindicta! Os foragidos misturados, confundidos, chefes e soldados, nobres e plebeus, padres e camponeses, velhos e moços, mulheres e crianças, avançam e recuam, ao acaso das vicissitudes, batidos aqui, acossados dacolá,

pálidos, rotos, esfomeados, esqueléticos — os ricos, os poderosos seguidos por seus servos da gleba, por seus gados, por seus rebanhos.

Estamos no Inverno de 93-94, o *Terror* de freio nos dentes, a carnagem em desvairo e alucinação — os meses nomeados pela feição que lhes cabe nas estações, Frimário, Dezembro; Florial, Maio; Termidor, Julho; Frutidor, Setembro. Os anos começam, não em Janeiro, como na era de Cristo, mas em Setembro, 21 de Setembro, data da proclamação da República.

É no exaspero da carnagem, o sangue a exigir mais sangue, a sentença de M.me Roland, — «a República, como Saturno, devora os próprios filhos» — em diurna e nocturna execução; por sua vez, a sentença do Apocalipse — «quem mata com espada, importa que seja morto à espada» — a cumprir-se com satânica regularidade; é neste período de crise aguda que surgem maiores dedicações pelo credo perseguido, o sangue, como já se verificara na Roma dos primitivos cristãos, a fazer crescer e multiplicar a seara dos mártires da crença crucificada.

É ainda a mulher quem esculpe no tablado trágico figuras eternas de convicção e heroicidade.

Recordemos algumas — pois, o recordá-las todas, ou a maioria, obrigava a preencher densos volumes. Inclinemo-nos na presença de quatro ou cinco das de mais alto relêvo nas efemérides da Vendeia — que entram na História pela porta luminosa do suplício; que sentem crescer a fé diante do espectáculo sinistro de *les noyades de Nantes:* — as dez barcaças, cheias de padres, afundadas na baia, os náufragos, de mãos erguidas, entoando em coro o *Miserere.*

Projectemos na tela o perfil enérgico de M.me Taupin.

É mulher dum emigrado de Jersey. Tem cinco filhos pequeninos. Vai ao *Tribunal Revolucionário* acusada de haver concedido asilo clandestino a dois padres proscritos — vai ao pretório com dois cumplices, réus de crime a que corresponde pena de morte.

O Presidente do Tribunal, Le Roux Cheff-de-Bois, antigo vizinho de M.me Taupin, amara-a em solteira. Parece amá-la ainda, por seu afã no desígnio de a salvar.

Ela, porém, nem quer ficar em dívida ao antigo pretendente, nem trair a sua consciência. Pelo que, instada a declarar que não tem qualquer interesse na restauração da realeza, jura que só lamenta não poder restaurá-la. E na manhã em que a conduzem ao cadafalso, em Tribier, no domingo, 15 do Floreal, ano II da República, caminha entre os soldados, de cabeça direita, vestida de branco — cinco flores ao peito, tantas quantas os filhos do seu amor. E canta a *Ave Maria Stella*. À beira da máquina fatal pedem-lhe que se retrate. O pedido é feito em nome dos filhos condenados ao orfanato. Ela alteia mais a cabeça, arranca para a guilhotina, grita, em fervoroso entusiasmo:

— Vive le roi!

A irmã Trehet Vocler, do país d'Ernée, presa, é intimada a dar um *viva à República,* como preço da libertação. Um soldado vermelho, condoído da vítima inocente, brada por ela, efiminando a voz:

— Viva a república!

A irmã Vocler repudia o piedoso embuste. E morre, de olhos no céu, na boca o *Salve Regina*.

Cecília Hay. Tem 16 anos. Na companhia de mãe e irmãs sobe ao cadafalso. Vendo tombar a cabeça formosíssima de Angélica de Melliéres, estremece de angústia, recua num gemido de horror.

A mãe, serenamente, adianta-se para o carrasco. Requer a graça de ser a última a morrer. Deferido o requerimento, tonifica, pelo exemplo, a coragem das filhas. Ensina-as a receberem a morte, sorrindo e cantando, de olhos iluminados de fé.

Angélica de Melliéres, a quem o moço general republicano Marceau tentara segurar nos ombros a bela e intemerata cabeça, entregando-lhe um salvo conduto, escrito e assinado por seu punho, torna-se afinal o móbil involuntário da quase deserção do heroico cabo de guerra. Ela recusara-se a fazer uso do papel redentor. E ele, à notícia do suplício de Angélica, abandona as fileiras do exército, recolhe à sua casa de Chateaubriand, doente de corpo e alma abatida.

Mas à carnificina da Vendeia corresponde, ampliada por mil, a carnificina de Paris.

A orgia da morte toma o ritmo das cavalgadas das lendas nórdicas. Não há lugares vagos nas prisões. Contam-se aos milhares as vítimas das «fornadas» diárias da guilhotina — 60 a 80 executados diàriamente.

Já não é preciso ser notável para ir ao cadafalso — observa Taine nas *Origens da França Contemporânea.* — Basta ser rico ou remediado, educado ou instruído.

Apesar disso, o luxo domina — diz Blanc na *História da Revolução.* — O luxo eclipsa o dos dias áureos de Versalhes.

O amor sobe ao grau veemente do exaspero. Não me refiro à efervescência mercenária das sessenta mil toleradas, das dez mil «encapotadas» que frequentam o *Palais-Égalité,* antigo *Palais Royal.* Refiro-me ao amor das mulheres que acompanham ao calvário os que vão morrer, ungindo-lhes de ternura os momentos finais da existência. Ao amor de donas e donzelas que na gravidez encontram salvo conduto, embora provisório, contra o suplício — pois a lei confere-lhes o direito de viverem até à hora do nascimento dos filhos.

Com o luxo, o prazer, o amor, intensifica-se a sêde do jogo, a sêde e a fome da mesa. Regorgitam de jogadores as 400 tabulagens de Paris. Ascendem a dezenas os restaurantes do *Palais-Égalité.* Os mais célebres, o do Meót, o do Very, dão à lista numerosos pratos e sobremesas. Nenhum restaurante de luxo em nossos dias os iguala na abundância e requinte — sua Alteza, a Morte, a conceder à Vida, por golpe de misericórdia, o festim de Baltazar.

XII — M.me Tallien — Nossa Senhora do Thermidor

A orgia da morte prossegue, sob o signo do *Arcanjo do Terror,* que transforma em açougue a laboriosa Terra Francesa. Mas Judit surgirá, entretanto, com as credenciais do Senhor, para libertar do Holofernes a pátria oprimida.

Sim. Robespierre, o virtuoso de Fleischman, o austero de Lavallée, o incorruptível de Villiers, o casto do dr. Cabanés, sangra os nobres, executa os clérigos. E, apesar de proscrever o amor, de perseguir o luxo, de castigar o jogo, de condenar a gula, a orgia da morte faz perder a noção do perigo a grandes e pequenos, todos na febre do gozo máximo enquanto é tempo. A convicção da morte próxima exige da vida impostos sem limite.

Chega o mês de Junho de 94, 20 do Prarial. Robespierre, o casto, o incorruptível, o austero, o virtuoso, ordena as festas do *Ente Supremo*. E, *Arcanjo do Terror,* no duplo munus de *Vigário dos Crentes,* decreta que se Deus não existisse, seria necessário inventá-lo. David, nas festas do *Ente Supremo,* é o decorador do *Campo de Marte,* onde as celebrações se realizam.

Sob a presença do *Vigário dos Crentes*, ele no cume da *Montanha,* na evocação de Moisés no Sinai, e sob a regência de Miehul, cem mil vozes entoam cânticos ao Altíssimo.

— Este homem prudente — comenta Luís Madelin na obra citada — por um instante, esquece a costumada prudência.

Dias transcorridos assiste às iniciações religiosas de Catarina Theos, pelos respectivos fiéis cognominada de *Mãe de Deus*.

Nos Jacobinos murmura-se. Arguem o Ditador de pretender dominar o povo pela superstição. Insinuam que procura lisongear os nobres submetendo-se ao culto divino.

Os tribunos da Convenção e dos clubes redobram de violência contra os nobres, os clérigos, os letrados, os comerciantes, os assambarcadores, os novos ricos — agora já não na ânsia de prestigiarem o Ditador. Agora no fito de agravarem a situação do *Tirano*. As «fornadas» sucedem-se. As mulheres continuam a morrer em beleza e heroicidade — subtraída à regra a Du Barry, a favorita de Luís XV, a intrigante de Antonieta, que morre em tremuras de pavor e soluços de angústia. Morre heroicamente a própria *Olímpia de Gouges,* a chefe das fúrias da guilhotina, acusada de adular Dumouriez em seus

escritos. Morre estoicamente Catarina Theos, a *Mãe de Deus,* que os inimigos do Virtuoso conseguem arrastar ao suplício.

Morrem serenamente as senhoras de Saint-Amaranthe, realistas protegidas do todo-poderoso.

E nesta emergência, Paris nos paroxismos da subversão vermelha, que os pretorianos da República aferrolham M.me Tallien nas enxovias da *Force.*

Quem é M.me Tallien? É uma dona da Gironda, Teresa Cabarrus, pelo casamento Condessa de Fontenay, neste momento favorita do convencional Tallien.

Dona duma formosura que os pintores e os poetas coevos alçaram ao nível do sublime, a Condessa de Fontenay assiste em Bordeus no período da alucinada vertigem de extermínio dos *Girondinos* escapos à ceifa e dos seus sequazes — obra de limpeza que teve em Tallien o supremo e enexorável executor. Aprisionada como portadora dum título de nobreza, é levada a perguntas ao átrio da morte, ao gabinete da Tallien.

O Presidente do *Tribunal Revolucionário* vê-a, e queda-se, encandeado. Carrasco, promove-se a samaritano.

Desta sorte, a Condessa de Fontenay, em vez de trepar ao cadafalso, regressa a casa, cumulada de reverências, confortada de bâlsamos.

Então, por direito do ascendente da beleza sobre a tirania, ela assume o posto de mãe de misericórdia de centenas de perseguidos, arrebanhados à aristocracia e à política.

Tallien é chamado a Paris — arguido, em querela pública, de actos de clemência a favor dos inimigos da Pátria. E não paga com a cabeça seus actos de clemência, por estar escrito, nos livros misteriosos do Destino, que lhe cabe o desempenho de mais alto papel na ribalta da Revolução.

A Condessa de Fontenay, no incógnito de Teresa Cabarrus, segue-o a caminho da capital. Conforta-o na desfortuna. Incute-lhe coragem para vencer a adversidade — a mulher, que enfreou a besta do Apocalipse, lambusada de sangue, a prescrever alentos à besta fera para não naufragar no seu mar de sangue.

Teresa Cabarrus, é mulher de Tallien, de Tallien novamente poderoso, de Tallien membro da *Convenção,* no transe em que a baldeiam nas masmorras da *Force,* a transbordarem de nobres, plebeus, poetas rebeldes, generais gloriosos.

E Tallien, nesta altura da sua carreira sinuosa, tão apaixonado pelas seduções de Teresa como no instante de fascinação em que a lobrigou no Tribunal de Bordeus, contorce-se de raiva, ruge de desespero, à dolorosa punhalada despedida de través.

Fouché, o descristianizador da França, seu par na *Convenção,* à data Presidente do *Clube dos Jacobinos,* é simultâneamente o centro da conspiração contra o *Incorruptível,* a quem não perdoa o culto decretado a Deus. Com Fouché conspiram Vadier, Chaumette, Cambon, Freron, Barras, os amigos sobreviventes de Danton, os amigos solapados de Hébert, e todos quantos querem e exigem a República laica. Tallien alia-se aos conspiradores. E em casa de M.me de Saint-Brice, nas vésperas do golpe de Estado contra o Ditador, jura sobre uma garrafa de *champagne,* como consta das *Memórias* d'Allonville, derrubar o prepotente Robespierre.

Fouché não é Danton — que se mediu com o inimigo, em pleno campo, de fronte erguida. Tallien não é Desmoulins — que atacou o adversário, sem disfarces, à luz meridiana do seu jornal. Fouché e Tallien manobram na sombra, acirrando a coragem do medo, batendo à porta dos ameaçados, destilando o veneno da sedição, criando a necessidade de abater para não ser abatido.

Do fundo da enxovia da *Force,* M.me Tallien, nas vésperas de comparecer perante Fouquier-Tinville, o Caronte que há-de precipitá-la no Inferno, mergulha um arame no sangue da sua carne, escreve ao marido, anuncia, com desespero:

— «Amanhã irei ao cadafalso... graças à tua insigne covardia!»

Tallien, fremente de convicção, aconselha, suplica:

— Prudência! Tranquiliza a tua cabeça.

Estamos no 8 do *Thermidor.* Julho despeja lava candente sobre Paris. Relâmpagos e trovões encan-

deiam e sacodem a cidade. Na *Convenção* não se respira.

Mas Robespierre, na sua irrepreensível casaca azul, como sempre de cabeleira empoada, sobe tranquilamente à tribuna. O Ditador está no segredo da conspiração — e vai vibrar-lhe o golpe fatal. O Tirano conhece os inimigos — e vai entregá-los ao cadafalso.

Tudo emudece de espanto ao silvar na sala o *Dies Irae do Arcanjo do Terror.*

Cambon, porém, sentindo-se perdido, ganha ânimo, corre à tribuna, grita, o braço a apontar:

— Um só homem paralisa a *Convenção.* Esse homem é Robespierre!

O Ditador levanta-se para a réplica. Tallien ouve o despreso da mulher, no fundo da prisão, a ferreteá-lo de covarde. Levanta-se também. E sobreleva a voz do Ditador. E reclama a proscrição do Tirano.

Robespierre, tomado de cólera, trepa à *Montanha.* Mas os clamores dos amigos de Danton afogam-lhe a palavra no tumulto. Desce à *Planície.* E aqui, os brados dos *Girondinos,* numa ressurreição apocalíptica, impoem-lhe silêncio.

Sente-se alquebrado. Não o deixam acusar. Não lhe permitem a defesa. Espumeja. Queda-se. Sucumbe.

No dia seguinte, 9 do Thermidor, o dia da Justiça Suprema, Robespierre, e os seus amigos, e os seus fiéis, são despachados a caminho da guilhotina, nas carrêtas de todos os dias.

O calor sufoca. Os relâmpagos sucedem-se.

Estão apinhadas as janelas das ruas por onde passa o cortejo fúnebre, alugadas por altos preços. A multidão comprime-se ao longo do percurso. As imprecações reboam. Os clamores trovejam.

Desta vez, porém, clamores e imprecações não são soltados pelas «fúrias da guilhotina», não partem das *tricoteuses* da Lacombe, oficiando na *Missa Vermelha.*

Neste dia, desta vez, são as mães dos que morreram inocentes; são as viúvas, são as irmãs, são

as noivas de milhares de vítimas, crepes no vestuário, ira nos punhos cerrados, ódio nos olhos fulgurantes, desespero nas faces convulsas, que atroam a cidade ao coral sinfónico do esconjuro contra o Tirano.

E quando Sansão, ele próprio, de casaca de seda e cabeleira empoada, ergue na mão executiva a cabeça do *Arcanjo do Terror* e a passeia à vista da turba alvoroçada, num imenso grito unissono, as cem mil vozes do coro do *Ente Supremo,* ululam, desafogam, rejubilam:

— Morreu o tirano!

Tallien, Barras, Freron — o triunvirato do Directório constituído ao outro dia — são cobertos de flores, são levados em triunfo, são proclamados beneméritos.

A vida triunfa indefectìvelmente da morte. Na espada de Holofernes afia Judit o punhal libertador. A obstinação do déspota, mais do que todos os conspiradores sopra a forja do 9 do Thermidor. Napoleão, que vai resplandecer em cena, no ácume da glória, para honra da França e flagelo da Europa, triunfará, menos por obra de seus formidáveis recursos militares, do que por medo dos beneficiários dos *Direitos do Homem* às ameaças retogradas do Conde de Artois, emigrado. O Conde d'Artois, pôde ser, afinal, o Luís XVIII da Restauração, por força da obstinação belicosa do génio insaciável de Iena e Wagran.

O equilíbrio na balança dos estados e da política só se obtem mediante a razão e a equidade num prato, no outro a bondade e a justiça.

Abatido Robespierre abrem-se as portas das prisões. Doze mil suspeitos vêm de chofre da morte para a vida — entre eles o general Hôche, o recente vencedor dos austríacos, o próximo pacificador da Vendeia.

A multidão, executado o Tirano, aclamados os salvadores, abertas as prisões, sob o frenesi dos abraços, dos beijos, das lágrimas, reflue, concentra-se, comprime-se na esplanada da *Force.*

M.me Tallien vai sair da prisão — restituída ao marido que a salvara em tempos, reconduzida ao amor que, salvando-a a ela, salva milhares de vidas.

E a multidão envolve-a, ergue-a nos braços, levanta-a nos pulsos, coroa-a de rosas, cobre-a de beijos, clama, canta, delira:

— Viva Nossa Senhora do *Thermidor!*

— Viva Nossa Senhora do Bom Socorro.

SOUSA COSTA

Sociedade Martins Sarmento

Instituição fundada em 1882
Promotora da Instrução Popular no Concelho de Guimarães
Louvada em Portarias de 20-XI-1882, 8-III-1901 e 9-II-1940
Considerada de Utilidade Pública, por Dec. de 30-XII-1926
Grande-Oficial da Ordem de Santiago da Espada
«Institutional Member» da Prehistoric Society
e Sócio Honorário da Ass. Jurídica de Braga.

Biblioteca e Arquivo de Manuscritos.
Museu de Arqueologia, Numismática, Arte e Etnografia.
Estações Arqueológicas da Citânia de Briteiros e de Sabroso
(a 15 quilómetros de Guimarães).

Revista de Guimarães

Compram-se na Sociedade Martins Sarmento:

os vols. 2.º, 3.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 12.º, 61.º.
e os fasc.:

do vol. 1, os n.os 2, 3, 4
do vol. 4, os n.os 1, 2
do vol. 9, o n.º 1
do vol. 11, os n.os 3, 4
do vol. 13, os n.os 1, 2
do vol. 14, os n.os 1, 2, 3
do vol. 15, o n.º 3
do vol. 18, os n.os 1, 2
do vol. 32, o n.º 4
do vol. 34, os n.os 2, 3
do vol. 35, o n.º 1
do vol. 44, o n.º 1
do vol. 46, os n.os 1, 2
do vol. 47, os n.os 1, 2
do vol. 48, os n.os 1, 2, 3
do vol. 62, os n.os 1, 2

Vendem-se volumes completos aos preços seguintes:

Volumes 10.º, 16.º, 17.º, 19.º, 20.º a 31.º, 33.º, 36.º, 37.º a 43.º, 45.º, 49.º a 60.º, 63.º a 65.º . . . 60$00 cada
Fasc. avulsos. . . . . 15$00 »

Algumas edições da Soc. Martins Sarmento:

Abastecimento de águas potáveis, por Oliveira Guimarães. 7$50
A Tradição e a Terra, por Joaquim Costa. . . . . 7$50
Alberto Sampaio, por Jaime de Magalhães Lima. . . . 20$00
Citânia e Sabroso, por Mário Cardozo (4.ª edição) . . . . 25$00
Catálogo do Museu de Martins Sarmento, por Mário Cardozo:
IV parte *(Arte e Etnografia)*. . . . . 10$00
V parte *(Arte Contemporânea)*. . . . . 10$00
Citânia e Sabroso (notícia resumida), por Mário Cardozo . 5$00
Correspondência inédita de Alberto Sampaio . . . . 50$00

D I S P E R S O S

Colectânea de artigos publicados por Martins Sarmento, desde 1876 a 1899, sobre Arqueologia, Etnologia, Mitologia, Epigrafia e Arte Pré-histórica.

Obra comemorativa do 1.º Centenário do nascimento do Autor, ilustrada com 71 gravuras e realizada sob os auspícios da Soc. Martins Sarmento.

Papel de linho, 200$00 esc. Papel de algodão, 150$00 esc.

Administração Seiscentista do Município Vimaranense

Por Alberto Vieira Braga

1 volume de 22 x 30 cm. e 300 págs. . . . 100$00

Vimaranis Monvmenta Historica
a saecvlo nono post Christvm vsqve ad vicesimvm

Obra patrocinada pela Câmara Municipal de Guimarães e coligida pela Soc. Martins Sarmento.
Volume completo (I e II partes) . . . 150$00

Livro de Ouro do Centenário da Cidade de Guimarães em 1953

Obra de luxo, com 200 páginas de texto e 100 gravuras de página.
Dimensões 22 x 30 cm. . . 300$00

Correspondência Epistolar
entre Emílio Hübner e Martins Sarmento
(Arqueologia e Epigrafia. 1879 - 1899)

Coligida e anotada por Mário Cardozo. Edição da Sociedade Martins Sarmento, subsidiada pela Câmara Municipal de Guimarães e pelo Instituto de Alta Cultura.

Um volume de 0,22 x 0,28, com 329 páginas e numerosas gravuras.
Preço 150$00 escudos.

Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmento

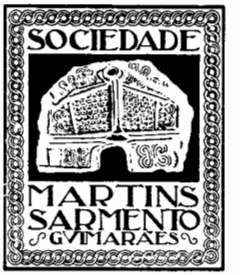
Com anotações de Mário Cardozo. Edição da Soc. M. S comemorativa do 1.º centenário do nascimento do sábio fundador do Museu Etnológico. Obra subsidiada pelo Instituto de Alta Cultura e pela Junta de Província do Minho. *Preço* . . . **60$00** escudos

---

Pedidos à Sociedade Martins Sarmento — GUIMARÃES

VOLUME LXVIII — N.os 3-4 — JULHO – DEZEMBRO 1958

REVISTA DE GVIMARÃES



Sumário:

Adília Alarcão — *Sigillata Hispânica* . 249
Fernando de Almeida e Veiga Ferreira — *Duas sepulturas megalíticas* . 317
J. de Castro Nunes — *Novos elementos para o estudo da arte castreja.* 323
A. Balil — *Consideraciones sobre el mosaico hispanorromano* 337
Mário Cardozo — *Novas inscrições romanas do Museu de Odrinhas* . . 355
Veiga Ferreira — *«Purpura haemastoma» e «Purpura lapillus» nas estações pré-históricas portuguesas.* . . 377
M. Mendes — *Um vimaranense ilustre* . 383
A. Vasco Rodrigues — *O culto da ganadaria* 393
Albino Lapa — *Para a história dos Governadores Civis de Portugal* . 397
Maria A. Teixeira — *Revisão de um problema* 407
M. Cardozo — *Escavações em Sabroso.* 439
— *Escavações na Citânia* 455
— *Colóquios e Congressos* . . . 460
Boletim 503
Biblioteca e Museu 553
Balancete e orçamento 569

GUIMARÃES

COMP.ª ED. DO MINHO
BARCELOS

REVISTA DE GVIMARÃES

FUNDADA EM 1884

Directores: ALBERTO BRAGA
MÁRIO CARDOZO

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DA
SOCIEDADE MARTINS SARMENTO

CADA TOMO:

25$00.

POR ASSINATURA:

1 ANO (2 Tomos) — 40$00.

Os artigos publicados nesta Revista são da plena responsabilidade dos seus autores.

A colaboração é solicitada.

Toda a correspondência deve ser endereçada à sede da **Sociedade Martins Sarmento — GUIMARÃES**